

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

ALEXANDRA DANUZA BERTOLDI

**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR:
O PAPEL DO SETOR SAÚDE E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS
DE UMA DELEGACIA ESPECIALIZADA**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ALEXANDRA DANUZA BERTOLDI

**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR:
O PAPEL DO SETOR SAÚDE E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS
DE UMA DELEGACIA ESPECIALIZADA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-graduação *Stricto sensu* em Saúde e Gestão do Trabalho - Mestrado Profissionalizante – Área de Concentração: Saúde da Família.

Orientadora: Prof. Dra. Yolanda Flores e Silva.

Itajaí
2007

ALEXANDRA DANUZA BERTOLDI

**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR:
O PAPEL DO SETOR SAÚDE E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS
DE UMA DELEGACIA ESPECIALIZADA**

Esta Monografia foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre e aprovada pelo Curso de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Saúde e Gestão do Trabalho - Mestrado Profissionalizante da Universidade do Vale do Itajaí.

Área de Concentração: Saúde da Família.

Itajaí, 28 novembro 2007

UNIVALI - Prof. Dra. Yolanda Flores e Silva
Orientadora

UNIVALI - Prof. Dra. Elisete Navas Sanches

UFSC – Prof. Dra. Flávia de Mattos Motta

Para minha família, com amor!

AGRADECIMENTOS

Aos policiais que fizeram parte da pesquisa, e que com sua boa vontade e colaboração contribuíram para a realização desta pesquisa.

A delegada de polícia por abrir as portas da delegacia para a realização do trabalho e por ter nos recebido tão gentilmente em seu espaço.

As bolsistas da pesquisa que colaboraram na primeira etapa da pesquisa.

A professora Yolanda Flores e Silva, minha orientadora, por ter aceitado participar da pesquisa, em especial pelos ensinamentos, idéias e momentos de reflexão e trabalho.

As colegas e amigas da turma de mestrado por compartilharem desta caminhada, de suas alegrias e dificuldades, sempre com bom humor, espírito de ajuda e compreensão. Fica a lembrança de muitos momentos de alegria.

As amigas que ajudaram a fazer esta etapa da minha vida mais doce!

Ao meu querido irmão, Guilherme, pela ajudinha no final do trabalho e em especial, por fazer parte da minha vida.

A João e Darcy, meus pais, pelo apoio e incentivo na realização deste trabalho, que sem a sua colaboração não seria possível. Pai, obrigada também pelas digitações!

A Deus, pela minha vida e pela oportunidade de realizar este projeto!

Com amor, muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação apresenta os dados de uma proposta inserida na temática da Violência Intrafamiliar no Brasil. Teve por objetivo principal caracterizar as necessidades de formação e preparo de profissionais que atuam no atendimento às violências em uma Delegacia Especializada de Santa Catarina. Como objetivo específico, buscou-se verificar as descrições e relatos sobre o papel e a atuação das Delegacias Especializadas em textos acadêmicos da área da saúde nos últimos 11 anos; descrever os encaminhamentos e o apoio às vítimas de violências em Delegacias Especializadas, assim como identificar, junto aos profissionais, as necessidades, problemas, e sua formação profissional para o atendimento aos casos de Violência Intrafamiliar. O percurso metodológico foi de natureza exploratória com abordagem qualitativa. A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos subseqüentes: uma primeira etapa com coleta de dados bibliográficos, e uma segunda etapa com a realização de observação do ambiente de uma delegacia especializada em um município de Santa Catarina e entrevistas com os profissionais que aceitaram participar como informantes. A análise foi realizada de forma descritiva com interpretação e apresentação de uma discussão reflexiva com autores da Saúde e conhecimentos afins pertinentes ao tema. Como resultado, conseguimos compreender algumas concepções registradas na bibliografia brasileira sobre o tema das Violências Intrafamiliares e temas afins, bem como obter informações sobre o papel, a formação e a forma de atuação de uma Delegacia Especializada do sul do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE ¹: Violências. Violência intrafamiliar. Delegacia especializad a.

¹ <http://decs.bireme.br/>

ABSTRACT

This dissertation presents the data for a proposal on the theme of Domestic Violence in Brazil. Its main objective was to characterize the needs for training and preparation of professionals who deal with cases of domestic violence at a Specialized Police Station in the State of Santa Catarina. In particular, it sought to determine the descriptions and reports on the role and practice of the Specialized Police Stations in academic texts on the area of health over the last 11 years; to describe the guidance and support given to victims of violence at the Specialized Police Stations; and to identify, together with the professionals, the needs and problems and the professional training they receive, to deal with cases of Domestic Violence. An exploratory method was used, with a qualitative approach. The research was carried out in two stages: the first consisted of gathering bibliographic data, while the second involved observation of the environment in a specialized police delegacy in a town in Santa Catarina, and interviews with the professionals who agreed to take part as informants. A descriptive analysis was carried out, with the interpretation and presentation of a reflective discussion with authors in the area of health, and related knowledge relevant to the theme. As a result, we were able to understand some concepts registered in the Brazilian bibliography on the theme of Domestic Violence and related themes, and to obtain information on the role, training and form of practice of a Specialized Police Station in the South of Brazil.

KEY WORDS²: Violence. Domestic Violence. Specialized Police Station.

² <http://decs.bireme.br/>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma De Registro De Eventos Violentos	29
Figura 2 – Atendimento e acolhimento	41
Figura 3 – Procedimento criminais	42
Figura 4 – Orientação à vítima e medidas protetivas	42
Figura 5 – Acompanhamento da mulher e conclusão do inquérito policial	42
Figura 6 - Expressões Sinalizadoras das Dificuldades dos Profissionais da Saúde com Relação as VI	51
Figura 7 - Expressões Sinalizadoras do Papel da DE e suas Necessidades	55
Figura 8 - Expressões Sinalizadoras das Concepções Distintas de VI	59
Figura 9 – Expressões Sinalizadoras	66
Figura 10 – Expressões Sinalizadoras	72
Figura 11 – Expressões Sinalizadoras	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lei Maria da Penha – o que mudou com a nova lei	33
Quadro 3 - Quadro e qualificações profissionais	44
Quadro 4 – Colocar título	45

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO TEMA	17
1.1 VIOLÊNCIA E SAÚDE PÚBLICA	20
1.2 VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	21
1.3 DELEGACIA DA MULHER: HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES	26
1.4 REGISTROS DE VIOLÊNCIA – O CAMINHO DAS DENÚNCIAS	29
1.5 NOVA LEGISLAÇÃO – LEI MARIA DA PENHA	32
CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO	35
2.1 DETALHAMENTO METODOLÓGICO	36
CAPÍTULO III - DESCRIÇÃO AMBIENTAL, FUNCIONAL E HUMANA	41
CAPÍTULO IV – OS DISCURSOS ESCRITOS SOBRE AS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS: PRIMEIRA ETAPA DA PESQUISA	49
CAPÍTULO V - DELEGACIAS ESPECIALIZADAS: DISCURSOS SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, NECESSIDADES E PROBLEMAS	66
TECENDO CONSIDERAÇÕES	79
REFERÊNCIAS	83
REFERÊNCIAS ANALISADAS	87
APÊNDICES	89
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	89
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	91
APÊNDICE C – MODELO TERMO DE UTILIZAÇÃO DOS DADOS	92
APÊNDICE D - TABELA DESCRIÇÃO CARGOS PROFISSIONAIS DEAM	93
ANEXOS	96
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	96
ANEXO B - TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO	97

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata do tema violência sob o recorte da Violência Intrafamiliar e a formação dos profissionais que atuam em Delegacias Especializadas - delegacias de proteção à mulher e ao menor.

O tema da Violência Intrafamiliar vem sendo amplamente discutido em nossa sociedade atualmente, seja em artigos científicos, reportagens vinculadas na mídia ou discussões e debates entre diferentes atores sociais. Este fato pode estar relacionado aos crescentes índices de denúncia de violência na sociedade brasileira, considerando a visibilidade do fenômeno para a sociedade civil, incluindo -se neste rol os pesquisadores que investigam suas conseqüências e seu impacto sobre a população.

As situações de violências são fatos sociais dos mais graves, que expõe a exclusão, as vulnerabilidades e os riscos sociais da população do país. Ainda assim, a visibilidade social deste fenômeno só passou a ser percebida através do aumento dos programas assistenciais e trabalhos científicos que apareceram na década de 90, discutindo as formas possíveis de combater e prevenir, em especial, situações de violência contra grupos sociais ditos de maior vulnerabilidade como mulheres, crianças e adolescentes.

Constitui-se como objeto de reflexão da área da Saúde Pública, visto que é responsável por uma série de agravos à saúde, destacando -se as diversas seqüelas físicas e emocionais que ocasiona. Atinge a todas as camadas sociais, entre tanto é mais evidenciada nas classes de baixa renda, em função dos registros ocorrerem mais neste segmento (AZEVEDO, 1989).

A violência intrafamiliar caracteriza -se por atos de violência que ocorrem entre membros de uma família que vive ou não no mesmo domicílio, embora a probabilidade de ocorrência desta seja maior entre parentes que convivem no mesmo ambiente doméstico. Incluem agressões entre parceiros íntimos, pais, filhos, avós e irmãos (DAY et al., 2003). Neste sentido, a violência intrafamiliar ocorre nas relações parenterais e íntimas, embora não se construa exclusivamente, no ambiente domiciliar.

A literatura aponta que casos de violência intrafamiliar são amplamente subregistrados, sendo a denúncia muitas vezes evitada e mantendo-se escondida no âmbito privado, protegida pelo silêncio e pelas relações de poder que permeiam as situações na qual ocorrem (AZEVEDO; GUERRA, 1993). Torna-se, então, de grande valia darmos atenção aos casos registrados, visto que o momento da denúncia formal é um momento importante em razão das possibilidades de acesso e tratamento às vítimas, e a tomada de medidas de prevenção nas situações de repetição e/ou agravamento das violências. Este também é o momento em que os profissionais da área Criminal e em muitos casos da área da Saúde, tem acesso a estas pessoas e têm a possibilidade de abordar de forma direta e específica questões importantes para a continuidade dos processos judiciais ou tratamentos de natureza física, ou ainda, acompanhamento psicológico/emocional de vítimas e agressores.

As delegacias de defesa da mulher, especializadas no atendimento a mulheres vítimas de violência, se constituem numa das principais políticas públicas de combate à violência contra mulheres no Brasil. Caracterizam-se como uma importante porta de entrada (forma de acesso) da população à rede de serviços públicos prestados às vítimas de violência. Cumpre o papel de investigar, apurar e tipificar crimes contra mulher e no Estado de Santa Catarina também atende crimes contra crianças e adolescentes. Surgiram como resposta do poder público frente as mobilizações e reivindicações da sociedade civil, representada por organizações feministas que evidenciavam a problemática da violência contra a mulher e protestavam contra o descaso do poder judiciário e distritos policiais frente a esta situação.

Considerando: questões ideológicas e operacionais envolvidas no registro de ocorrências; o aumento de registros de violências no país em delegacias especializadas (como as que se organizam para atendimento as mulheres, crianças e adolescentes); observando que as leis brasileiras não punem com rigor os agressores e também não acompanham com tratamento adequado vítimas e agressores; levantamos as seguintes questões, que foram norteadoras da pesquisa realizada:

- As delegacias especializadas, consideradas espaços privilegiados para o registro de violências domésticas, conseguem ter uma proposta de

prevenção e acompanhamento de vítimas e agressores?

- Qual a formação recebida pelos profissionais das delegacias especializadas.

Considerando a existência de poucos trabalhos acadêmicos que discutam os conceitos das Violências Intrafamiliares associado à formação dos agentes que atuam em Delegacias Especializadas, considerando o olhar de pesquisadores que escreveram sobre seus conhecimentos e forma de atuação, assim como as necessidades sentidas por estes profissionais na realização de seu trabalho. Buscou-se, enquanto **objetivo geral** da pesquisa, caracterizar as necessidades de formação e preparo de profissionais que atuam no atendimento às violências em uma Delegacia Especializada de Santa Catarina. Como **objetivo específico**, buscou-se verificar as descrições e relatos sobre o papel e a atuação das Delegacias Especializadas; descrever os encaminhamentos e o apoio às vítimas de violências nestas Delegacias assim como identificar, junto aos profissionais, as necessidades, problemas, e sua formação profissional para o atendimento aos casos de Violência Intrafamiliar.

A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos subseqüentes: u ma primeira etapa com coleta de dados bibliográficos, e uma segunda etapa com a realização de observação do ambiente de uma delegacia especializada em um município de Santa Catarina e a rotina dos profissionais segundo a formação e ocupação dos mesmos. Também, foram realizadas entrevistas com alguns destes profissionais que aceitaram participar como informantes.

A **primeira etapa** do estudo foi financiada pela UNIVALI através de um programa de pesquisa denominado de Programa de Integração Pós -graduação e Graduação (PIPG), que forneceu os recursos materiais e o auxílio de uma aluna de graduação, que como bolsista, nos auxiliou no processo de coleta de material bibliográfico sobre Violências Intrafamiliares e Delegacias Especializadas, escritos na área da Saúde e da Justiça. Optou-se por fazer um recorte no setor saúde e áreas afins a esta, buscando textos que discorressem sobre as práticas das Delegacias de Proteção à mulher e do menor³ tentando compreender o trabalho e a formação dos agentes que atuam em Delegacias Especializadas enfatizando o olhar

³ No estado de Santa Catarina esta modalidade de delegacia especializada também atua nos casos de crimes e contravenções cometidos contra crianças e adolescentes.

de pesquisadores que escreveram sobre os conhecimentos e forma de atuação destes profissionais quando em atendimento a casos de violência intrafamiliar. Em relação ao setor Saúde foram privilegiados artigos que situavam o papel dos profissionais desta área frente à problemática da violência intrafamiliar, seja através de denúncias, adequado encaminhamento ou de ações de prevenção.

Como metodologia de pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa construída através de levantamento bibliográfico⁴ escritos na área da saúde e áreas afins, incluindo-se alguns periódicos da justiça, nos últimos 10 anos no Brasil. Alguns dos textos selecionados apresentavam data posterior ao recorte anteriormente mencionado, entretanto optou-se por mantê-los na lista de referências escolhidas para análise, dada à relevância e pertinência destes frente ao tema pesquisado. Nesta perspectiva, selecionamos artigos que pudessem oferecer respostas às temáticas:

- Violência Intrafamiliar: percepções, justificativas, causas e prevenção;
- Violência Intrafamiliar: denúncias;
- Delegacias de Proteção à Mulher e Menor: citações sobre atuação, equipe, encaminhamentos e rotinas de apoio às vítimas;
- Equipe Policial: formação e preparo de uma equipe especializada.

A **segunda etapa** foi realizada com a equipe de profissionais de uma Delegacia Especializada, com propósito de identificar as necessidades sentidas por estes na realização de atendimentos aos casos de violência intrafamiliar. Por questões de tempo e organização da pesquisa optou-se pela escolha de uma delegacia especializada do Estado de Santa Catarina, localizada em região próxima a da sede do Programa de Mestrado Profissionalizante em Saúde e Gestão do Trabalho.

Para a execução desta coleta utilizamos a técnica de entrevista semi-estruturada, assim como a observação da rotina cotidiana dos profissionais em suas funções. Foram selecionados os profissionais que se dispuseram em participar das entrevistas, preferencialmente os que tinham mais de um ano de experiência de

⁴ Inicialmente pensou-se em se fazer também um levantamento documental (registros, anais, memorandos, circulares, ofícios e comunicações informais de documentos registrados pela Secretaria de Segurança Pública em seus arquivos e bibliotecas), entretanto, face ao pouco tempo disponível frente a outras atividades no mestrado, se optou por utilizar apenas dados de natureza bibliográfica.

trabalho nesta Delegacia Especializada ou que mesmo sem esta experiência tenham participado de capacitação direcionada a temática Violência Intrafamiliar.

O material coletado, em ambas as etapas da pesquisa, foi analisado com o uso do método de análise do “Discurso do Sujeito Coletivo” (DSC) considerando -se dados descritivos e o pensamento e a opinião discursiva dos atores sociais envolvidos. Ao final, foram reunidos depoimentos e discursos, para em seguida interpretá-los e finalmente elaborar uma apresentação dos resultados em uma discussão reflexiva com autores das áreas da Saúde e outras áreas afins ao tema tratado (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

Ao final, a dissertação foi construída em capítulos, destacando no primeiro capítulo, uma apresentação do tema, onde se abordam questões referentes à violência, e aos agravos desta ao desenvolvimento dos povos. Destaca -se à questão da violência intrafamiliar, com suas formas de expressão e conseqüências, resgatando o papel do setor Saúde frente à problemática. Resgatam-se também as atribuições e o histórico das Delegacias da Mulher, assim como questões referentes ao registro e denúncia de casos de violência intrafamiliar. Neste capítulo ainda apresenta-se a primeira etapa da coleta de dados da pesquisa, os dados bibliográficos, travando-se uma discussão crítico-reflexiva dos discursos sobre violência intrafamiliar analisados, destacando a necessidade de aproximação entre os setores da Saúde e Justiça (criminal) que se constituem em espaços, onde as mulheres que vivenciam situações de violência puderam e podem expressar de algum modo o problema e buscar algum tipo de intervenção, seja ela jurídica ou médica.

O segundo capítulo descreve os caminhos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. Os critérios de seleção dos textos, os recursos utilizados para realização das entrevistas e coleta dos dados junto aos profissionais da Delegacia Especializada, assim como os procedimentos de análise dos dados estão relatados neste capítulo.

No capítulo terceiro, apresenta-se a descrição ambiental e espacial do edifício em que funciona a delegacia e a caracterização humana com o perfil dos profissionais que nela atuam. Destaca-se ainda neste capítulo os discursos dos profissionais sobre as necessidades, problemas e formação profissional para atuação dos mesmos, visto ser esta uma delegacia considerada especializada e

“especial”, considerando-se a clientela e suas fragilidades. Nesta discussão, reflete-se ainda sobre questões referentes a capacitação dos profissionais, a falta de preparo destes, sua falta de motivação assim como outros fatores que influenciam e interferem em sua prática profissional.

Ao final, no capítulo das Considerações Finais, realiza-se uma síntese de nossas discussões, avaliando os aprendizados inerentes à experiência que foram vivenciadas durante quase um ano de tentativa de compreender o pensamento coletivo de um pequeno grupo de atores sociais, representantes em nosso país do que denominamos de Segurança Pública.

CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO TEMA

A violência é um fenômeno mundial que tem um impacto negativo de grande magnitude. É definida pela Organização Mundial da Saúde no Informe Mundial sobre Violência e Saúde (OMT, 2002, p. 5) como “uso intencional da força ou poder físico em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outras pessoas, grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grande probabilidade de ocasionar lesão, morte ou dano psíquico, alterações no desenvolvimento ou privações”.

Segundo Souza (1993) a violência deve ser compreendida de forma ampla e dinâmica. Ou seja, sua compreensão deve ser situada considerando -se contextos históricos, econômicos, culturais, jurídicos, políticos e psicossociais, que configuram a estrutura de cada sociedade, estabelecendo seus valores e suas relações de gênero, de raça e de poder. Considera -se que a violência se expressa nas relações humanas e tem caráter dialético através do quais os diversos atores sociais que a protagonizam são compreendidos, num processo simultâneo, como produtores e vítimas da violência. Nesta perspectiva, o macro e microssocial estão inseridos no processo de produção e perpetuação desta violência.

A violência, em seus aspectos microssociais, pode ser considerada uma situação interativa entre vítima e agressor, que se estabelece sempre dentro de uma relação de poder entre ambos. Do ponto de vista da vítima é tudo o que causa sofrimento físico ou psicológico, e do ponto de vista do agressor é um comportamento que visa à obtenção de algo. Desta forma, o agressor pode não se perceber como tal, já que seu comportamento agressivo é visto por ele como um meio para atingir outros fins, como reprimir um comportamento indesejado (comum em situações de violência contra crianças), ou manter o controle de um grupo.

Considera-se que o fenômeno da violência é

[...] uma expressão essencialmente humana que possui um caráter histórico, o qual lhe outorga a condição de ser universal e específica nas variadas formas de organização social, uma vez que sempre esteve presente nas diferentes sociedades, com a sua concretização em eventos específicos, estando inerentemente ligada ao modo como os homens se organizam em sociedade. Ela possui

características quantitativas e qualitativas, internas e externas (SOUZA, 1993, p.50).

Em seu relatório mundial sobre a violência no mundo, a Organização Mundial da Saúde categoriza o fenômeno da violência a partir de suas manifestações empíricas como: violência dirigida contra si mesmo (auto-infligida), violência interpessoal e violência coletiva (OMS, 2002).

As violências auto-infligidas se constituem por comportamentos suicidas, tais como suicídio, ideação suicida, e tentativas de suicídio, e os autoabusos entendidos como agressões a si próprio e automutilações.

As violências interpessoais são classificadas em dois âmbitos: o intrafamiliar e o comunitário. A violência intrafamiliar ocorre entre os parceiros íntimos e entre os membros da família. Inclui as várias formas de agressão contra crianças, contra a mulher ou o homem e contra os idosos. Já a violência comunitária ocorre no ambiente social e consideram-se suas várias expressões como violência juvenil, agressões físicas, estupros, ataques sexuais e inclusive, a violência institucional que ocorre, por exemplo, em escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.

As violências coletivas compreendem os atos violentos que acontecem nos âmbitos macro-sociais, políticos e econômicos e caracterizam a dominação de grupos e do Estado. Incluem-se os crimes cometidos por grupos organizados, atos terroristas, crimes de multidões, as guerras e os processos de aniquilamento de determinados povos e nações por outros, além de ataques econômicos entre grupos e nações, geralmente motivados por intenções e interesses de dominação.

Minayo (1990) em estudos sobre a produção bibliográfica brasileira sobre violência e saúde até a década de 90, descreve as correntes de pensamento que explicavam o fenômeno da violência contida nestes trabalhos. Dividiu-as em cinco grandes correntes de pensamento:

- 1) Explicações biologicistas/psicologicistas da violência: são aquelas que defendem a idéia da agressividade instintiva, algo inerente a natureza humana, na qual reações violentas teriam determinantes genéticos transmitidos de geração em geração. Já as explicações psicologicistas consideram o fenômeno da violência como um problema de conduta individual e que qualquer modificação nas relações sociais só é possível

após uma mudança no psiquismo do homem.

- 2) Explicações dos efeitos de rupturas decorrentes dos rápidos processos de mudança social como causadores das violências: nesta perspectiva, as violências são causadas em função dos processos ocasionados pela industrialização e pela urbanização, como as correntes migratórias para os grandes centros urbanos, levando a formação das periferias e conseqüentemente de subculturas periféricas que estariam à margem das normas sociais e leis constituindo-se como lócus da violência.
- 3) Explicações das estratégias de sobrevivência das camadas populares: nesta corrente, a violência é tida como força instrumental e de sobrevivência das camadas populares vítimas das desigualdades sociais, das poucas oportunidades de emprego e das remunerações indignas.
- 4) Explicações considerando a falta de autoridade do estado: nesta perspectiva o poder repressivo dos aparatos jurídicos e policiais são os causadores das violências, desconsiderando as questões de classe, o estado se coloca como árbitro dos conflitos e mantenedor da ordem em benefício de todos.
- 5) Explicações sobre as violências considerando -a como parte de uma rede: aqui, os debatedores admitem a amplitude e a complexidade do fenômeno da violência cuja causalidade é vista como múltipla e não linear, possuidora de natureza e características gerais e específicas, macro e microsociais, que se diferenciam e se articulam em uma grande rede de relações. Dentro desta perspectiva a Minayo (1990) sugere a seguinte classificação da violência:
 - Violência estrutural: refere-se aos processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem e cronificam a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero, de etnia. Difícil de ser quantificada é utilizada como instrumento de poder transformado em direito (legitimidade). Considerada natural, estabelece os limites culturalmente aceitos da violência aberta, e se perpetua nos processos históricos, sendo responsável por privilégios e formas de dominação.
 - Violência da resistência: expressa na luta dos trabalhadores contra as

várias formas de opressão a que são submetidos, pelo direito à cidadania e pelo direito de igualdade entre os gêneros.

- Violência da delinqüência: é a forma mais conhecida e reconhecida como violência. Compreende formas de delito como roubos, furtos e assassinatos.

1.1 VIOLÊNCIA E SAÚDE PÚBLICA

Dentro da perspectiva da saúde pública, a violência transforma-se em um problema porque afeta a saúde individual e coletiva exigindo prevenção e tratamento através de políticas públicas e organização de práticas e serviços específicos referentes ao setor saúde para atender as demandas geradas pelos eventos de violência.

A Organização Pan-Americana de Saúde considera a violência um problema social e de saúde que ameaça o desenvolvimento dos povos e afeta a qualidade de vida. Em seu relatório sobre a repercussão da violência na saúde das populações americanas, refere que a violência (OPAS, 2003, p.11):

- Produz uma alta carga de mortalidade prevenível, que afeta em especial os chamados grupos mais vulneráveis como mulheres, crianças, jovens, idosos e deficientes físicos e mentais.
- Requer grandes recursos financeiros para a atenção médica dos afetados;
- Afeta não apenas a vítima, mas também sua família com efeitos negativos imediatos nos planos econômicos, social e psicológico além de efeitos de longo prazo;
- Afeta de maneira negativa o desenvolvimento social e econômico das comunidades e países;
- Afeta a continuidade, a liberdade de movimento e o direito de desfrutar bens públicos;
- Afeta também o indivíduo responsável pelo ato de violência, sua família e a sociedade já que gera gastos de encarceramento além de impossibilitar esta pessoa de contribuir para o desenvolvimento social e econômico de sua família, comunidade e país.

Em seus aspectos sociais, a violência também provoca reduções significativas da qualidade de vida da população. No caso da violência intrafamiliar,

restringe a participação política e econômica das vítimas, assim como seu desenvolvimento intelectual. Degrada o “lar”, espaço que sempre se considerou o mais seguro na sociedade, com membros ligados pelo afeto, respeito e proteção.

No que se refere à segurança urbana, reduz sensivelmente espaços recreativos das cidades, assim como o tempo para desfrutá-los. O que afeta a saúde ao limitar espaços e horários para a realização de atividades físicas e desportivas. Em resumo, a violência tem altos custos sociais, psicológicos e econômicos para toda a sociedade, tanto em relação à vítima, quanto em relação ao perpetrador desta.

Briceño-León (2002, apud MINAYO; SOUZA, 2005), afirma que o sistema de saúde brasileiro tem um gasto com custos diretos da violência estimado em cerca de 3,3% do PIB. Custos estes ocasionados pelo aumento de gastos com emergência, assistência e reabilitação.

1.2 VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Na sociedade em geral a família é vista como uma entidade que situa e legitima o indivíduo em seu espaço social. Considerada um dos organizadores da sociedade, cuja função é a socialização e transmissão da cultura – atribui-se a ela qualidades ideais que referem-na como um lugar de segurança e proteção, “um lugar seguro para crescer” (MACEDO, 1994, p. 63).

Mas, como falar que este é um lugar seguro se os casos de violência cometidos no âmbito familiar assumem cada vez mais um espaço de destaque nas pesquisas e estatísticas sobre o tema. No ano de 2001, o Ministério da Saúde definiu a violência familiar como “toda ação ou omissão que prejudique o bem estar, a integridade física, psicológica, ou a liberdade de direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro familiar, incluindo pessoas que passam a assumir a função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p.12).

Torna-se importante salientar as diferenças existentes entre violência doméstica e violência intrafamiliar ou familiar. Por violência doméstica compreende-se todo ato de violência praticado no âmbito doméstico, incluindo no grupo de perpetradores, além dos membros com laços de parentesco e outros que convivam no espaço do domicílio, como empregados, agregados e pessoas que ali convivam esporadicamente (DIAS, 2004). Nesta perspectiva, a violência doméstica remete-se aos atos de violências cometidos neste espaço físico, já a violência intrafamiliar refere-se às relações em que se constrói e efetua esta violência, que ocorrem em geral, mas não exclusivamente, no ambiente domiciliar.

A violência familiar tem como principais vítimas mulheres, crianças, adolescentes, idosos e deficientes físicos e mentais. Segundo Gelles (1997, apud DIAS, 2004, p. 67) “os indivíduos são mais propensos a serem assassinados e agredidos fisicamente dentro de seus próprios lares por outros membros familiares do que em qualquer outro ambiente em que se relacionem”.

No processo histórico, a violência contra crianças e adolescentes veio se manifestando de diversas formas, variando de acordo com as características específicas de cada época e cultura, aliando-se às violências das estruturas sociais vigentes. A ideologia machista (de gênero) e a de idade, que autoriza o poder de adultos sobre crianças e adolescentes (o pátrio-poder, entre outros) têm validado historicamente os homens e adultos a exercerem poder sobre os mais jovens, que sempre estiveram em situação de vulnerabilidade. Embora o lugar da criança na família e na sociedade tenha, atualmente, uma melhor posição, o problema da violência ainda não foi superado. Nossa sociedade encontra-se ainda imersa no regime do patriarcado, que legitima a assimetria de gênero, subordinando a mulher ao homem e deixando as crianças no lugar mais frágil dessa hierarquia de poder (ABRÁPIA, 2000).

Segundo Azevedo e Guerra (1993), a violência intrafamiliar pode ocorrer através de diversas formas de expressão:

- violência física: ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou até ambas. Esse tipo de violência pode causar a morte;

- violência psicológica: inclui toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Caracteriza-se por agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar, restringir a liberdade, isolar do convívio social;
- negligência ou privação de cuidados: é a omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família em relação a outro, sobretudo àqueles que precisam de ajuda por questões relacionadas à idade (como crianças e idosos) ou alguma condição física;
- violência sexual: é toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais, utilizando força física, influência psicológica ou uso de armas ou drogas. A prática sexual com crianças menores de 14 anos, com consentimento ou não das mesmas, é considerada violência presumida, visto que não são consideradas capazes de fazer uma escolha consciente sobre a realização deste ato. Por abuso sexual incluem-se carícias, conversas, presenciar atos sexuais, olhares perturbadores, até a prática forçada de relações sexuais.

Geralmente estas formas de violência não ocorrem isoladamente, como é o caso da violência sexual que implica também em violência física e/ou psicológica.

As seqüelas e conseqüência geradas pela violência intrafamiliar são inúmeras. Estar exposto a situações de violência na família acarreta uma diminuição significativa das chances de uma criança e/ou adolescente ter um desenvolvimento integral e saudável, podendo afetar vários aspectos de sua vida, como psicológicos, físicos, comportamentais, acadêmicos, sexuais, interpessoais, espirituais, comprometendo a auto-estima e estimulando a ocorrência de violência subsequente. Dentre as manifestações psicológicas decorrentes da violência na infância e adolescência podemos citar como danos imediatos: pesadelos repetitivos; ansiedade, raiva, culpa, vergonha; medo do agressor e de pessoa do mesmo sexo; quadros de fobia, ansiedade e depressão aguda, queixas psicossomáticas; isolamento social e sentimentos de estigmatização. Como danos tardios: aumento significativo na incidência de transtornos psiquiátricos, dissociação afetiva, ideação suicida e fobias mais agudas; níveis intensos de ansiedade, medo, depressão, isolamento, raiva, hostilidade e culpa e dificuldade para resolver problemas

interpessoais (DAY, 2003).

As crianças que presenciam a violência dentro de seus lares enfrentam um risco mais elevado de apresentarem ansiedade, depressão, baixo rendimento escolar, baixa auto-estima, pesadelos, conduta agressiva, abuso de álcool e drogas.

Assim como crianças e adolescentes, um grupo vulnerável à violência intrafamiliar é constituído pelos idosos. As limitações impostas pela idade, as injunções das histórias de perdas e por problemas de saúde e de dependência, que na velhice são extremamente agravadas, este grupo também se constitui como alvo de inúmeras situações de violência na família.

Nas famílias, as situações de violência contra idosos vão desde os castigos e maus-tratos, castigos em cárcere privado, abandono material, apropriação indébita de bens, pertences e objetos, coações, ameaças e mortes. Em muitos casos, essas situações de violência acabam relegando o idoso a uma vida de pobreza, de maior dependência, padecendo de isolamento social, problemas de saúde não atendidos e de desnutrição (GUERRA et al., 2000), além de muitas outras violências, como maus-tratos físicos, estupro, maus cuidados de higiene e saúde, má nutrição, vestuário inadequado.

Estas várias formas de violência contra o idoso acabam por decretar a sua exclusão social. Segundo Day et al. (2003), O idoso acaba submetendo-se a estas situações por não ter como se proteger e por culpa, sente-se um "fardo" para os familiares.

De acordo com Minayo e Souza (2005, p. 145), a violência contra os idosos é muito mais intensa, disseminada e presente na sociedade brasileira do que os números revelam.

A maioria dos registros de morte e de morbidade por causas externas se referem, exclusivamente, aos casos de lesões, traumas ou fatalidades que chegam aos serviços de saúde ou de segurança pública, constituindo-se, assim, a ponta do iceberg de uma cultura relacional de dominação, de conflitos intergeracionais ou de negligências familiares ou institucionais.

Referindo-se à violência perpetuada contra idosos, Minayo e Souza (2005), a exemplo de Guerra, citado anteriormente, consideram as seguintes formas de

expressão da violência intrafamiliar:

- abandono é uma forma de violência que se manifesta pela ausência ou deserção dos responsáveis de prestarem socorro a uma pessoa idosa que necessite de proteção;
- abuso financeiro e econômico: exploração imprópria ou ilegal dos idosos ou ao uso não consentido por eles de seus recursos financeiros e patrimoniais;
- autonegligência: diz respeito à conduta da pessoa idosa que ameaça sua própria saúde ou segurança pela recusa de prover cuidados necessários a si mesma.

As situações de violência doméstica do tipo intrafamiliar cometidas contra o idoso devem ser compreendidas dentro do contexto sócio-histórico e cultural brasileiro. Na última década, o país apresentou um aumento significativo de sua população com idade acima de 60 anos, aumento este de duas vezes e meia, cerca de 3,8 milhões de idosos segundo dados de Lima-Costa et al. (2002).

A sociedade, representada nesta reflexão pela família, que constitui a principal responsável pelos cuidados com a pessoa idosa, não estava preparada para lidar com as novas necessidades geradas por este aumento da expectativa de vida da população. As dificuldades financeiras, o problema de espaço físico, as diferenças que ocasionam o choque de gerações, a debilidade física e necessidade de cuidados especiais somados a uma representação social da velhice como algo considerado descartável e gerador de incômodos, acabam por acentuar situações de violência contra essa parcela da população.

Pesquisas referem que as quedas são os principais tipos de agravo entre os idosos, o que leva à internação e o mais importante motivo pelo qual os velhos procuram os serviços de emergência. As lesões e os traumas provocados por quedas em pessoas idosas ocorrem geralmente em casa, nas vias públicas, nas travessias das ruas ou nos ônibus (SOUZA et al., 1998; SOUZA, et al., 2001).

Estas quedas podem ser atribuídas a vários fatores: fragilidade física, instabilidade visual e postural típicas da idade, utilização de medicamentos que podem

provocar algum tipo de alteração no equilíbrio, presença de enfermidades como osteoporose e muitas vezes negligência e omissão por parte dos cuidadores e/ou familiares em prover cuidados especiais. Nas residências, onde a maioria dos idosos sofre quedas, freqüentemente, não há, por parte das famílias, o cuidado de colocar dispositivos que poderiam evitar ou reduzir boa parte das ocorrências (MINAYO ; SOUZA, 2005).

Outra forma de violência comum contra idosos é a financeira, ocorrendo freqüentemente através do uso e apropriação de seus bens e aposentadoria pela família. Às queixas de abuso econômico e financeiro freqüentemente se associam outras formas de maus-tratos físicos e psicológicos.

Os abusos econômicos e financeiros, hoje no País, representam, segundo IBCCRIM, mais de 60% das queixas dos idosos à polícia. Se referem a disputas dos familiares pela posse de seus bens, aposentadorias ou por dificuldades financeiras das famílias em arcar com a sua manutenção (INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, 2004 apud MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

1.3 DELEGACIA DA MULHER: HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES

A história das delegacias da mulher⁵ está diretamente relacionada ao movimento feminista no Brasil. A Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou em 1975 o ano Internacional da Mulher realizando uma conferência de caráter internacional no México, do qual o movimento feminista brasileiro participou ativamente. Considerando as discussões neste evento sobre a defesa às mulheres em situação de violência, o movimento feminista brasileiro começou a reivindicar maiores direitos às mulheres brasileiras, buscando espaço para construir o que chamavam de um novo sujeito social e político (TAVARES, 2000).

⁵ Esta é a terminologia mais reconhecida popularmente no Brasil, embora ela seja denominada hoje de “Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, o Menor e os Idosos”, em muitas das capitais em que ela formalmente existe.

O movimento de mulheres começa então, a denunciar o descaso, pelo sistema judiciário e criminal, frente à problemática da violência contra a mulher. São também realizadas manifestações contra a impunidade dos autores de homicídio de mulheres.

Em 1979, um grupo feminista do Rio de Janeiro criou a comissão “Violência Contra a Mulher” que se desenvolveu, a partir de um trabalho intenso de suas militantes, exigindo que os tradicionais argumentos utilizados pelos advogados de defesa nos casos de violência extrema não fossem mais tolerados pelas mulheres e pela sociedade em geral, principalmente aquele que se referia à "defesa da honra" (TAVARES, 2000).

Assim, neste contexto de manifestações e reivindicações das feministas, surge na década de 80, no município de São Paulo, um grupo preocupado com a questão da violência doméstica denominada “SOS Mulher”, que durou três anos. O mesmo atendia mulheres em situação de violência e se propunha a realizar uma transformação da situação deflagrando denúncias de violência, em especial assassinatos de mulheres por seus parceiros, e a impunidade dos atos praticados. Forma-se a partir desta iniciativa, uma demanda de atendimento diferenciado para esta situação, assim como a necessidade de implementar políticas públicas com a finalidade de dar retaguarda às ações que já estavam sendo desenvolvidas.

Em 1983, como um dos resultados das reivindicações do movimento de mulheres, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina que tinha como prioridade atuar em cinco comissões de trabalho: Comissão de Saúde, Comissão de Creche, Comissão de Trabalho, Comissão de Violência e Comissão de Mulheres Negras (AZEVEDO, 1985). Através da Comissão de Combate à Violência e da crescente visibilidade das situações de violência contra a mulher, o Conselho propôs a formulação de políticas públicas que promovessem o atendimento integral às vítimas de violência.

Surge então, em 6 de agosto de 1985, no município de São Paulo a primeira “Delegacia de Defesa da Mulher”, constituída por uma equipe técnica especializada para atender mulheres em situação de violência. Esta iniciativa inédita no país e no mundo constituiu-se na principal política pública de combate à violência contra a mulher no Brasil.

Atualmente, o Brasil conta com cerca de 309 delegacias especializadas, sendo 124 no estado de São Paulo. Entretanto, o total de municípios atendidos por este tipo de delegacia especializada não chega a 10%. As “Delegacias de Defesa da Mulher” tem como competência: investigar e apurar, entre outros, delitos de lesão corporal, ameaça, constrangimento ilegal, atentado violento ao pudor, entre outros. Em 1989 foi ampliada à competência deste tipo de Delegacia, com a inclusão dos crimes contra a honra, tais como calúnia, injúria e difamação, e o crime de abandono material. A partir de 1996, além dos crimes contra a mulher, elas investigam e apuram os delitos contra a criança e o adolescente, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. A essas delegacias cabe também apurar homicídio contra a mulher ocorridos no âmbito doméstico e de autoria conhecida, crimes de aborto provocados pela gestante ou com seu consentimento, aborto provocado por terceiro e infanticídio. Em 1997, também foi incorporado como atribuição o cumprimento de mandados de prisão civil por dívida do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia (SANTOS, 2001).

Ao contrário dos distritos policiais, as Delegacias da Mulher não dispõem de cadeia, não fazendo serviço de carceragem e devem ter, preferencialmente, policiais civis do sexo feminino, principalmente para o exercício das funções relacionadas ao atendimento ao público⁶.

Segundo Santos (2001), desde a formação das Delegacias Especializadas no atendimento à mulheres em 1985, nenhuma legislação tem feito menção à formação ou capacitação das policiais titulares dessas delegacias. As academias de polícia de nosso país, responsáveis pela capacitação dos profissionais que ingressam na carreira, não agregaram até a presente data em sua grade curricular, disciplinas e seminários específicos sobre violência contra mulher ou de gênero.

Entretanto, a iniciativa da criação das Delegacias Especializadas na defesa dos direitos da mulher tem contribuído para a promoção da igualdade de direitos, além de darem maior visibilidade ao fenômeno da violência contra a mulher, até então visto como privado, e muitas vezes como normal. As criações destas delegacias nos últimos anos do século vinte incentivaram a denúncia e possibilitaram que se tornem públicas

⁶ Esta condição, como será mostrado nos resultados de nossa pesquisa, vem mudando em Santa Catarina, com as Delegacias da Mulher perdendo aos poucos à condição de Delegacia Especializada no atendimento às mulheres, passando a ser vista como uma delegacia semelhantes as outras delegacias, com oferta de atendimento para todos os segmentos da sociedade.

situações consideradas como “problema de família”.

1.4 REGISTROS DE VIOLÊNCIA – O CAMINHO DAS DENÚNCIAS

Segundo o Ministério da Saúde “as fontes oficiais sobre violências e acidentes no Brasil são: o boletim de ocorrência policial (BO); o Boletim do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem (DNER); a comunicação de acidente de trabalho (CAT); o sistema de informações hospitalares (SIH/SUS); o sistema de informação de mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) e o sistema nacional de informações tóxico-farmacológicas (Sinitox)” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005, p. 26).

Na figura abaixo podemos observar a trajetória ou fluxo dos registros dos eventos violentos e os setores que recebem os atores sociais e /ou as informações que se transformarão em registro posterior.

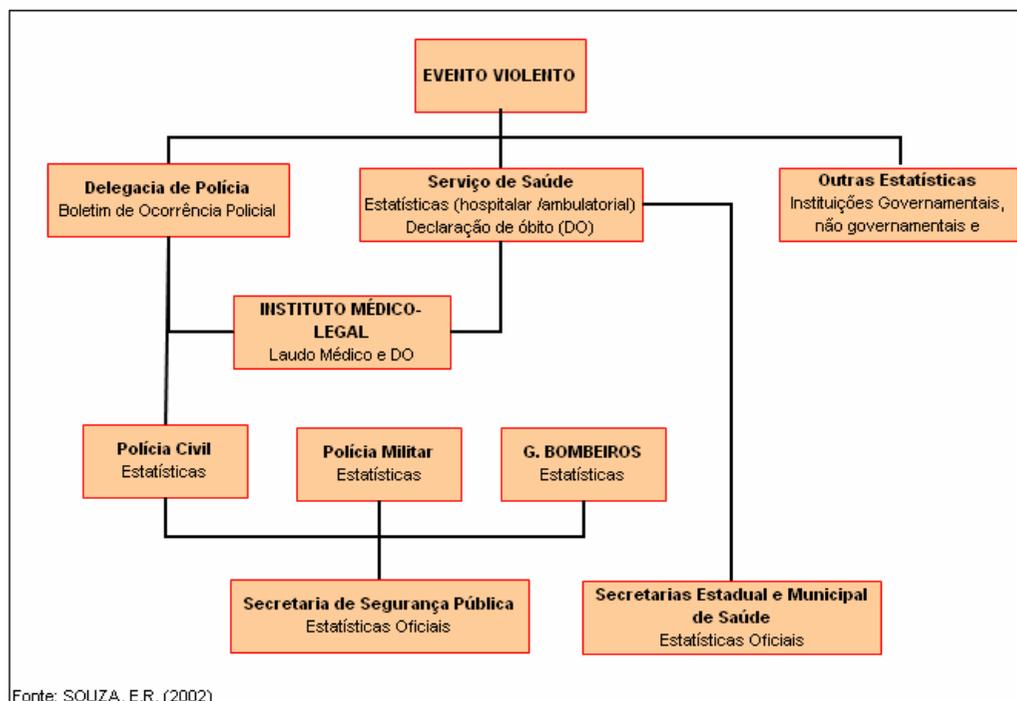


Figura 1 – Fluxograma De Registro De Eventos Violentos
Fonte: Souza (2002)

De acordo com o fluxograma, a informação de um evento violento, ao se tornar parte das estatísticas oficiais, percorre diversas instituições e pessoas. É interessante então levantar o questionamento sobre a forma como estas informações estão sendo recebidas e documentadas, pois se considera que questões ideológicas dos profissionais e das instituições que a notificam e lhe dão encaminhamentos, assim como as diferenças tecnológicas e operacionais dos sistemas e das fontes, têm grande influência sobre a importância que se dará ao evento que se registra e conseqüentemente para as decisões e as políticas que serão geradas para a busca de soluções ao problema. Ressalta-se então a importância de se verificar a qualidade e a forma como são registradas, geradas, coletadas, e tratadas, essas informações.

Estatísticas recentes, de 267 Delegacias de Defesa da Mulher, identificaram como os crimes mais denunciados pelas mulheres: lesão corporal, ameaças, crimes de honra, injúria, difamação, calúnia. Das 326.693 notificações recebidas, havia 113.727 queixas de lesão corporal, 107.999 de ameaças e 32.183 para vias de fato. Logo depois, encontramos os crimes contra a honra: 13 mil de injúria; 10.049 de difamação; e 6.805 para calúnia. Em relação ao crime de estupro, foram totalizadas 4.697 queixas em todas as Delegacias de Defesa da Mulher do país (DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005).

Day et al. (2003), afirmam que os levantamentos oficiais sobre o fenômeno da violência intrafamiliar são precários e que traduzem apenas uma pequena parcela do real. Os casos de violência intrafamiliar não são, em sua maioria, formalmente registrados ou denunciados, dado a complexidade de fatores que envolvem a situação. O lugar idealizado da família, as relações de poder estabelecidas entre as pessoas, as diferenças de gênero e geração, o vínculo emocional que as ligam, a dependência financeira e o grande tabu que cerca o tema da violência que ocorre dentro do ambiente doméstico geram a não denúncia e em muitos casos o acobertamento das situações de violência. Estima-se que apenas 10% dos casos de violência intrafamiliar no Brasil chegam a ser formalmente denunciados através de registros.

Azevedo (2001, p. 3) no artigo 'A Ponta do Iceberg' afirma que "o número de casos não notificados, será maior ou menor conforme seja mais ou menos amplo o compêndio de silêncio de que muitas vezes participam os profissionais, os vizinhos, os

parentes, familiares e até a própria vítima”.

Em 1995, a Lei 9.099/95 cria os Juizados Especiais Criminais, com o objetivo de tornar o andamento dos processos de crimes de baixo potencial ofensivo mais eficiente⁷. Tem sido saudada como um dos maiores avanços da legislação brasileira por sua proposta despenalizante, ao introduzir importantes mudanças na política criminal, como a aplicação de penas não privativas de liberdade (compensações pecuniárias, serviços comunitários, conciliações), no caso de delitos definidos como 'de menor potencial ofensivo'. Consideram-se delitos de menor potencial ofensivo os que a lei penal condena com pena não superior a um ano. Portanto, os delitos típicos cometidos em situações de violência conjugal contra as mulheres, seja ela física (lesão corporal leve e culposa), seja psicológica (ameaça), são considerados juridicamente como delitos de menor potencial ofensivo. Anteriormente à Lei 9.099/95, os crimes de lesão corporal e ameaça, eram julgados pelo procedimento comum: registro da ocorrência em uma Delegacia de Polícia, formação do inquérito policial, realização do exame de corpo de delito (nos crimes com lesão), intimação do agressor para prestar depoimento, intimação de testemunhas e encaminhamento do processo ao Ministério Público para o oferecimento da denúncia (CAMPOS, 2003).

O procedimento inaugurado pela nova lei consiste em: registro da ocorrência em uma delegacia de Polícia, Termo Circunstanciado (TC) – espécie de inquérito com resumo da ocorrência, acompanhado de laudo pericial quando necessário - onde não há oitiva de testemunhas e nem do autor do fato, e encaminhamento ao Poder Judiciário para audiência de conciliação e julgamento (CAMPOS, 2003; SANTOS, 2001).

Esse novo procedimento permitiu que a violência contra a mulher fosse publicizada, já que antes da Lei a violência doméstica dificilmente chegava ao Judiciário. Hoje, a remessa obrigatória das denúncias ao Poder Judiciário permite visualizar a dimensão do problema.

Entretanto, pesquisas realizadas antes e depois da criação da Lei 9.099/95, sobre processos de lesão corporal e sua solução pelo poder judiciário, (IZUMINO, 1997; ARDAILLON; DEBERT, 1987), concluíram que nas decisões judiciais que se

⁷ Muitos casos de Violência Intrafamiliar são considerados crimes de baixo potencial ofensivo. Como por exemplo agressões físicas leves, ameaças, entre outros.

referiam aos conflitos conjugais o que estava em julgamento não era o crime, e sim como este afetava a estabilidade da família e do casamento. Assim, o que movia a decisão de condenação ou absolvição era a expectativa social em relação à intervenção judicial. Também ganhava relevância o comportamento da vítima frente à situação, se demonstrasse firmeza quanto à condenação, os magistrados condenavam, se demonstrasse incerteza, a possibilidade de absolvição aumentava.

Portanto, segundo Campos (2003), a grande mudança entre o procedimento anterior e o atual no que se refere ao julgamento da violência doméstica não foi a alteração desta lógica, ou da absolvição dos agressores, mas o arquivamento massivo dos processos através da renúncia.

De acordo com Santos (2001), os magistrados que atuam nos Juizados Especiais Criminais são, em geral, do sexo masculino e não possuem conhecimento sobre o fenômeno da violência doméstica. As conciliações, consideradas como o momento em que a vítima pode ser ressarcida pelos danos sofridos, são apenas utilizados para acordos de renúncia do direito à representação ou na aplicação de penas alternativas, como distribuição de cestas básicas ou prestação de serviços à comunidade.

Campos (2003) considera que o ressarcimento dos danos sofridos parece ter sido pensado para a composição de danos materiais ocorridos em delitos de trânsito. Pois, a mulher vítima de violência doméstica, em geral, convive com o agressor e procura uma medida capaz de diminuir a violência, além de garantir sua segurança. Entretanto, qualquer proposta de conciliação precisa, necessariamente, ser aceita pelo agressor.

1.5 NOVA LEGISLAÇÃO – LEI MARIA DA PENHA

Sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva; a lei 11.340, também conhecida como Maria da Penha, entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. Seu nome é uma homenagem a Maria da Penha Maia que foi agredida pelo marido durante seis anos. Em 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la. Na primeira com arma de fogo deixando-a paraplégica e na segunda

por eletrocução e afogamento. O marido de Maria da Penha foi punido depois de 19 anos e cumpriu dois anos de pena em regime fechado.

A lei altera o Código Penal brasileiro e possibilita que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada, estes agressores também não poderão mais ser punidos com penas alternativas, a legislação também aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos, a nova lei ainda prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e filhos.

Quadro 1 – Lei Maria da Penha – o que mudou com a nova lei

Antes	Lei Maria da Penha
Não existia lei específica sobre a violência doméstica contra a mulher.	Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher.
Não estabelecia as formas desta violência.	Estabelece as formas da violência doméstica e familiar contra a mulher como sendo física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.
Aplicava a lei dos juizados especiais criminais (lei 9.099/95) para os casos de violência doméstica. Estes juizados julgam os crimes com pena de até dois anos (menor potencial ofensivo).	Retira dos juizados especiais criminais (lei 9.099/95) a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher.
Permitia a aplicação de penas pecuniárias como as de cestas básicas e multa.	Proíbe a aplicação destas penas.
Os juizados especiais criminais tratam somente do crime, mas para a mulher vítima de violência doméstica resolver as questões de família (separação, pensão, guarda de filhos) tinha que ingressar com outro processo na vara de família.	São criados juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência cível e criminal para abranger todas as questões.
A autoridade policial efetuava um resumo dos fatos através de TCO (termo circunstanciado de ocorrência).	Prevê um capítulo específico para o atendimento pela autoridade policial para os casos de violência doméstica contra a mulher.
A mulher podia desistir da denúncia na delegacia.	A mulher somente poderá renunciar perante o juiz.
Era a mulher que muitas vezes entregava a intimação para o agressor comparecer em audiência.	É vedada a entrega da intimação pela mulher ao agressor.
A lei não prevê prisão em flagrante do agressor.	Possibilita a prisão em flagrante.
Não previa a prisão preventiva para crimes de violência doméstica.	Altera o código de processo penal para possibilitar ao juiz a decretação da prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher.

Continua...

Continuação da página anterior

A mulher vítima de violência doméstica geralmente não era informada quanto ao andamento dos atos processuais.	A mulher vítima de violência doméstica é notificada dos atos processuais, especialmente quanto ao ingresso e saída da prisão do agressor.
A mulher vítima de violência doméstica em geral, ia desacompanhada de advogado ou defensor público nas audiências.	A mulher deverá estar acompanhada de advogado ou defensor em todos os atos processuais.
A violência doméstica contra a mulher não era considerada agravante de pena.	Altera o artigo 61 do código penal para considerar este tipo de violência como agravante de pena.
A pena do crime de a violência doméstica era de 6 meses a 1 ano.	A pena do crime de violência doméstica passará a ser de 3 meses a 3 anos.
A violência doméstica contra a mulher portadora de deficiência não aumentava a pena.	Se a violência doméstica for cometida contra mulher portadora de deficiência, a pena será aumentada em 1/3.
Não previa o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação.	Altera a lei de execuções penais para permitir que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (www.planalto.gov.br/spmulheres/)

CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO

Para a realização deste estudo utilizou-se a metodologia de investigação qualitativa. A escolha desta abordagem de pesquisa deveu-se ao fato desta ser orientada para a análise de casos concretos, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos (FLICK, 2004).

A metodologia de pesquisa qualitativa é entendida, segundo Minayo (1992, p.10), como “[...] aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”. Assim, através do método qualitativo buscou-se entender como determinado fenômeno aconteceu ou se manifestou e seu significado individual ou coletivo para as pessoas que fazem parte de determinado contexto.

Tem como características essenciais, segundo Neves (1996), o ambiente natural como fonte direta de dados, caráter descritivo, enfoque indutivo e preocupação do investigador com o significado dado pelas pessoas aos objetos e fenômenos. Considerando esta perspectiva, este estudo utilizou a abordagem qualitativa em dois momentos bem definidos:

1ª. Etapa: Coleta de Dados Bibliográficos

Foi realizada coleta de bibliografias através da Internet em portais de periódicos acadêmicos (CAPES/BIREME e outros textos de relevância científica escritos nos últimos 11 anos).

2ª Etapa: Coleta de Dados em Campo

Para a execução desta coleta utilizou-se as seguintes estratégias: a observação de situações naturais em uma Delegacia Especializada da região do Vale do Itajaí em Santa Catarina; entrevistas formais e informais de policiais que

atuavam nesta.

Para as entrevistas com estes profissionais, utilizou-se um roteiro de perguntas semi-estruturado, e para aprofundar as informações coletadas sobre a formação profissional destes agentes policiais foi realizada uma entrevista com um profissional da Secretaria de Segurança Pública responsável pela formação dos agentes Policiais em Santa Catarina. As entrevistas tiveram o propósito de levantar informações sobre a capacitação e o preparo destes policiais, bem como investigar as necessidades sentidas por estes na realização de atendimentos aos casos de violência intrafamiliar.

5.1 DETALHAMENTO METODOLÓGICO

1ª. Etapa: Coleta de dados bibliográficos

O caminho escolhido para refletir sobre a temática da violência Intrafamiliar e Delegacias Especializadas foi o da análise da produção bibliográfica no campo da saúde e áreas afins.

Foi realizado um levantamento das revistas nacionais representativas da área da saúde e outras áreas pertinentes à temática e aos nossos objetivos da pesquisa, utilizando como recorte temporal os últimos 11 anos⁸. Foram consideradas as publicações que tratassem de questões referentes às violências intrafamiliares e sua notificação, o papel do setor saúde e seus profissionais frente ao fenômeno, assim como o papel e atuação das Delegacias Especializadas para atendimento destes casos.

De posse dos textos, compreendendo um total de 28, utilizando uma cronologia temporal, foram seguidos alguns passos, segundo GIL (1991), para análise e síntese do material a ser examinado.

⁸ Embora a intenção inicial registrada em nosso projeto tenha sido 10 anos, ampliamos, em função de algumas produções significativas, em mais dois anos o recorte temporal. Isto foi feito porque a produção que necessariamente servia aos nossos propósitos tinha uma quantidade limitada de publicações considerando nossa problemática, objetivos e o tempo que tínhamos para execução da pesquisa.

- 1) Leitura seletiva, escolha do material que, de fato, servia aos propósitos da pesquisa, item de natureza crítica.
- 2) Leitura exploratória e reconhecimento dos artigos que interessavam à pesquisa. Ex: o título, o resumo e a introdução.
- 3) Leitura analítica e análise dos textos selecionados. A partir desta etapa foram selecionados 10 artigos.
- 4) Leitura interpretativa, que confere significado mais amplo aos resultados obtidos com a leitura analítica. Nesse item, o pesquisador fixa -se nos dados e caminha além deles, através da ligação com outros conhecimentos já obtidos. Ex: discussão dos resultados da investigação, segundo dados encontrados na análise.

A análise destes 10 textos selecionados foi com o uso da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (LEFÈVRE ; LEFÈVRE, 2003). A proposta do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) consiste em analisar material verbal extraído de entrevistas, depoimentos ou de textos construídos por pessoas especializadas ou conhecedoras da temática de nossos objetivos de pesquisa. Sobre a forma de análise estaremos oferecendo algumas explicações ainda neste capítulo adiante.

2ª Etapa – Coleta de dados em campo

Esta fase da pesquisa realizou-se nos meses de novembro e dezembro de 2006 e de janeiro a maio de 2007. Utilizou -se como recurso metodológico para coleta de dados nesta etapa três (03) técnicas / instrumentos de investigação:

A observação não participante: realizada para a observação de situações naturais no ambiente da delegacia durante a realização do trabalho dos agentes policiais, é um modelo de observação em que evitamos as intervenções no campo (FLICK, 2004). Fases da observação:

1. Seleção de locais dentro da delegacia que fossem importantes e relacionados aos objetivos da pesquisa;
2. Definição do que documentar de acordo também com os objetivos da pesquisa;

3. Observações seletivas com apreensão intencional apenas de aspectos centrais que diziam respeito à dinâmica de funcionamento da delegacia, relacionados diretamente ao atendimento ou registro de Violências Intrafamiliares.

Entrevistas com distintos atores sociais de uma delegacia especializada:

a entrevista em pesquisa qualitativa se constitui numa técnica que busca des cobrir perspectivas e pontos de vista sobre fatos e situações do cotidiano dos atores sociais (BAUER; GASKELL, 2002). Estas entrevistas do tipo semi -estruturadas têm como característica questões mais ou menos abertas que servem de guia da entrevista, entretanto espera-se que essas questões sejam respondidas livremente pelos entrevistados (FLICK, 2004). Nesta etapa da pesquisa os informantes foram os profissionais que compõem a equipe de uma Delegacia Especializada de um município de Santa Catarina. Foram selecionados os profissionais que tivessem disponibilidade para a participação na pesquisa, preferencialmente os que possuíssem mais de um ano de experiência de trabalho nesta Delegacia Especializada ou que mesmo sem esta experiência tivessem participado de capacitação direcionada a temática Violência Intrafamiliar. A entrevista pode desempenhar um papel importante na combinação com outros métodos, o que justificou a escolha de outras técnicas que pudessem aprofundar e ou complementar as informações coletadas com as entrevistas, assim como orientar a realização desta, visto que a entrada da pesquisadora em campo deu -se inicialmente com o objetivo de observar o ambiente e inteirar -se da dinâmica da instituição e familiarizar-se com os profissionais.

Entrevista dirigida ou focada em um ator social considerado especialista no tema do estudo: foi realizada com um profissional da Secretaria de Segurança Pública – ACADEPOL⁹, responsável pela formação e capacitação dos agentes policiais de Santa Catarina. Este tipo de entrevista (APÊNDICE A) se constitui como uma forma específica de aplicar entrevistas semi -estruturadas onde consideram -se os entrevistados como representantes de um grupo, enquanto um especialista em um campo ou atividade que seja fundamental para o estudo da temática que é foco da pesquisa. A utilização desta estratégia metodológica de coleta de dados serviu

⁹ ACADEPOL – Academia de Polícia

para complementar as informações dos agentes policiais da delegacia especializada escolhida para nosso trabalho de campo.

O grupo de pessoas que participou das entrevistas foi preparado antecipadamente mediante um convite pessoal prévio pela pesquisadora. Durante esta primeira conversa, a pesquisadora apresentou sua proposta de pesquisa em todas as suas etapas, incluindo-se os objetivos, temáticas debatidas, técnicas e instrumentos de coleta de dados, bem como, a importância da colaboração pessoal dos que aceitaram participar. Os participantes foram informados sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), e a natureza do respeito ético aos informantes e suas informações. Ao final deste trabalho, após a defesa desta dissertação, foi redigido um relatório de retorno das informações que foi encaminhado à Secretaria de Segurança Pública do estado de Santa Catarina e à delegacia onde realizou-se a pesquisa.

Análise dos dados: A análise dos dados [na primeira e na segunda etapa da pesquisa] se iniciou pela organização das informações coletadas, onde os textos analisados e/ou as falas dos entrevistados foram transcritas, e analisadas utilizando-se a metodologia de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo. O Discurso do Sujeito Coletivo é uma proposta de análise de material verbal coletado em depoimentos, entrevistas, artigos de jornais, periódicos científicos e não científicos, cartas, etc. Visa formar um discurso emitido na primeira pessoa do singular, entretanto expressa uma referência coletiva por ser formado por uma coletividade de discursos. É formado pelas figuras metodológicas denominadas: Expressões-chave, Idéia central e Ancoragem (LEFÈVRE, 2003). Expressões-chave são trechos que revelam a essência do conteúdo discursivo dos segmentos em que se divide o depoimento. Com a junção de várias expressões-chave que o Discurso do Sujeito Coletivo será construído. Idéia central é uma figura metodológica que descreve de maneira sintética e fidedigna o sentido de um, ou mais, depoimentos dos discursos analisados. Ancoragem é uma manifestação lingüística explícita de uma teoria, ideologia ou crença professada pelo autor do discurso.

Dimensão Ética do Estudo: O Projeto foi registrado no SISNEP e encaminhado à Comissão de Ética da UNIVALI [processo número 431/06] incluindo documentação que confirma o aceite da Delegacia Especializada de Santa Catarina (ANEXO A). O projeto inclui também “Termo de Compromisso de Utilização de

Dados” (APÊNDICE C) e o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (APÊNDICE B). Antes de solicitar a assinatura do “Termo de Consentimento”, a pesquisadora apresentou todas as informações referentes ao projeto e assegurou tanto o anonimato dos participantes, quanto o sigilo em relação às informações. O projeto foi implementado somente após sua aprovação pela Comissão de Ética e Banca de Qualificação do Curso de Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho.

CAPÍTULO III - DESCRIÇÃO AMBIENTAL, FUNCIONAL E HUMANA

No estado de Santa Catarina, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher foi criada em 1985, em Florianópolis. Existem atualmente no Estado onze (11) delegacias ativas. Segundo Santos (2001), as delegacias do estado diferenciam -se quanto à jurisdição, ao espaço físico, recursos para funcionar e denominação. Em algumas cidades são chamadas “Delegacias de Polícia da Criança, do Adolescente e Proteção à Mulher” e em outras “Delegacias de Polícia da Mulher, Criança e do Adolescente”.

Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (2005), os procedimentos a serem adotados pelas Delegacias de Defesa da Mulher dependerão dos recursos humanos e materiais disponíveis, porém devem seguir a orientações básicas e a fases descritas a seguir:

- 1) Atendimento e Acolhimento;
- 2) Procedimentos Criminais;
- 3) Orientação à vítima e medidas protetivas;
- 4) Acompanhamento da Mulher e Conclusão do Inquérito Policial.

1) Atendimento e Acolhimento

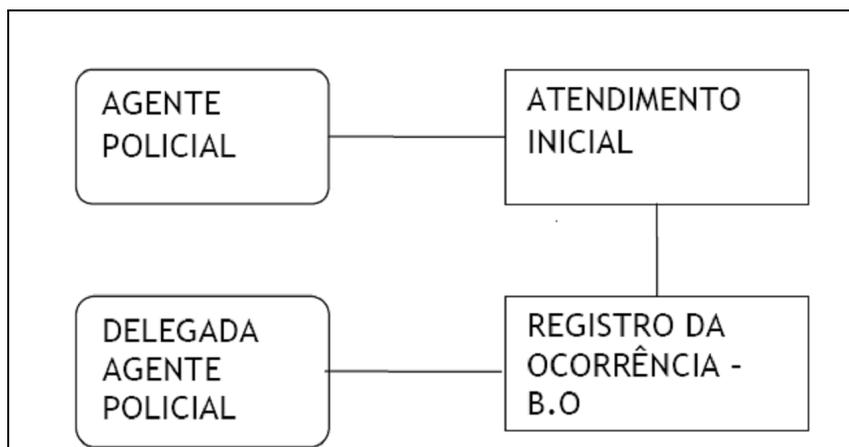


Figura 2 – Atendimento e acolhimento
Fonte: SSP – Delegacia da Mulher

2) Procedimentos Criminais

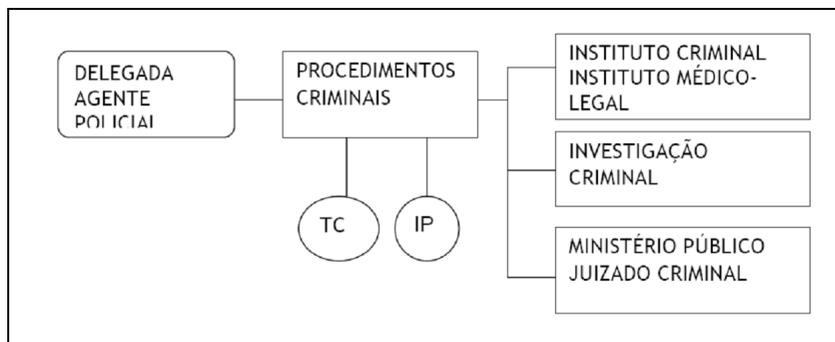


Figura 3 – Procedimento criminais

Fonte: Fonte: SSP – Delegacia da Mulher

3) Orientação à vítima e medidas protetivas

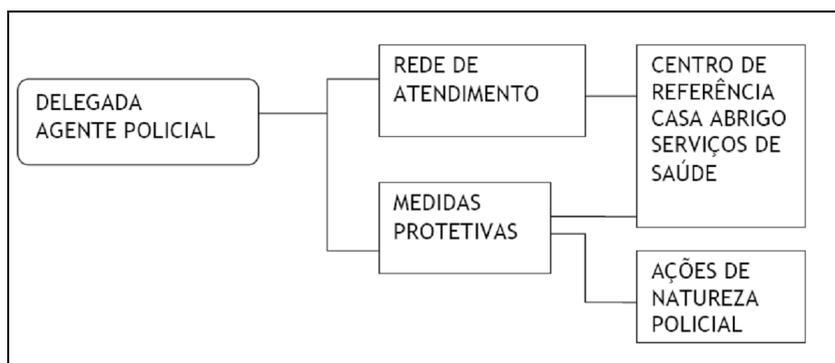


Figura 4 – Orientação à vítima e medidas protetivas

Fonte: Fonte: SSP – Delegacia da Mulher

4) Acompanhamento da mulher e conclusão do inquérito policial

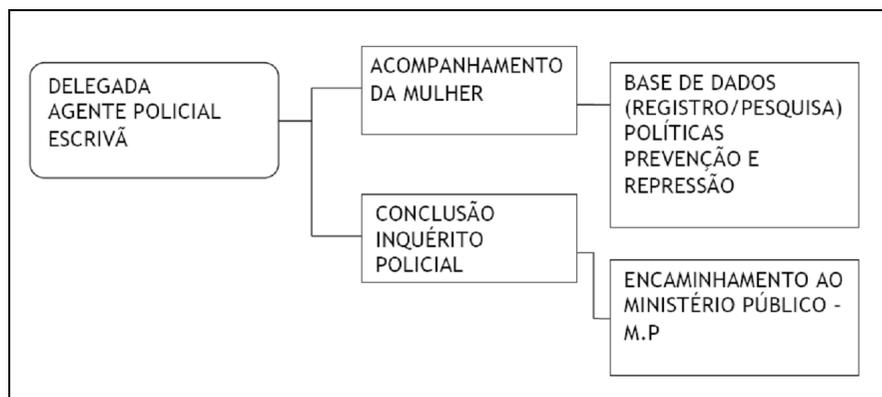


Figura 5 – Acompanhamento da mulher e conclusão do inquérito policial

Fonte: Fonte: SSP – Delegacia da Mulher

A presente pesquisa realizou-se em uma delegacia especializada situada em um município de médio porte do estado de Santa Catarina, que possui aproximadamente 130 mil habitantes. Esta delegacia é denominada “Delegacia de Policia da Mulher, da Criança e do Adolescente – DPMCA” e está subordinada a Delegacia Regional de Policia. Além dos crimes contra a mulher realiza atendimentos semelhantes aos atendimentos de uma delegacia convencional, embora seja um desejo da delegada em exercício que este tipo de atendimento seja restrito, para que a delegacia não perca seu diferencial na região em que está instalada.

Na época da pesquisa¹⁰ a delegacia estava em uma casa localizada em um bairro da cidade, afastado do centro. A edificação contava com 10 cômodos e a delegacia possuía duas viaturas, uma caracterizada e outra não. Esta edificação era utilizada não apenas pela DPMCA, mas também pela delegacia de Trânsito do município. A entrada das delegacias era conjunta, assim como a recepção e os corredores, sendo de uso exclusivo de cada delegacia apenas as salas designadas para cada uma. A mudança para o prédio atual aconteceu em 2005.

Antes desta mudança a delegacia situava-se em um bairro mais próximo ao centro e suas instalações físicas ficavam no mesmo prédio da secretaria de bem estar social do município, secretaria da prefeitura municipal que oferecia vários serviços à comunidade e que atuava com programas de intervenção em conjunto com esta delegacia.

O prédio possui uma recepção, que é utilizada pela delegacia da mulher e do trânsito. A recepção geralmente está cheia, em especial por pessoas querendo registrar ocorrências de trânsito. As secretárias, que são duas e trabalham em turnos alternados, uma pela manhã das 7 às 13 horas e outra das 13 às 19 horas, recebem os usuários das duas delegacias e fornecem informações sobre os procedimentos realizados segundo o tipo de registro e a ocorrência. Neste momento ocorre, de maneira informal, uma primeira seleção das pessoas que serão atendidas por uma delegacia ou outra e em alguns casos ocorre um encaminhamento informal para outros setores da rede pública.

Até julho de 2007, a delegacia contava com 12 funcionários e 3 estagiárias. O

¹⁰ Atualmente a delegacia está localizada em outro endereço.

quadro a seguir descreve os cargos que compõe o quadro funcional desta delegacia e a quantidade de funcionários em cada cargo.

Quadro 2 - Quadro Funcional de uma Delegacia Especializada em Santa Catarina

Cargo	Número de Funcionários
Delegado de Polícia	01
Comissário de Polícia	01
Escrivã	02
Psicólogo	01
Escrevente	02
Técnico em Atividade Administrativa	02
Investigador	01
Estagiário Direito	03
Recepcionista	02

Fonte: Dados de Observação / Entrevistas (2007)

O quadro abaixo descreve resumidamente a descrição de cada cargo e as qualificações essenciais exigidas pela Secretaria de Segurança Pública para o exercício de cada função. Em apêndice consta um quadro com a descrição detalhada das atribuições de cada cargo (APENDICE D).

Quadro 3 - Quadro e qualificações profissionais

Cargo	Descrição Cargo	Qualificações Essenciais
Delegado de Polícia	Atividade de nível superior, de grande complexidade, de natureza técnico-policial, envolvendo serviços de administração das unidades policiais do Estado.	Escolaridade: conclusão de curso superior em Direito.
Inspetor de Polícia	Atividade de nível superior, de grande complexidade, de natureza técnico-policial, envolvendo serviços administrativos, e de investigações criminais.	- Conclusão de curso superior ao nível de bacharelado ou licenciatura plena. Conclusão de curso de formação especializada realizado pela Academia de Polícia Civil.
Comissário de Polícia	Atividade de nível superior, de grande complexidade, de natureza técnico-policial, envolvendo fiscalização, coordenação e direção de atividades de prevenção e elucidação de crimes, nível de autoridade intermediária e o desempenho de outros encargos, ressalvados os privativos de Delegado de Polícia.	Escolaridade: conclusão do curso de 3º grau. Conclusão de curso de formação especializada realizado pela Academia de Polícia Civil.
Escrivão de Polícia	Atividade de nível superior, de natureza técnico-policial, envolvendo a direção e fiscalização dos trabalhos cartorários da unidade policial de lotação e o exercício de autoridade policial quando expressamente designado.	Escolaridade: conclusão do curso de 3º grau. Conclusão de curso de formação especializada realizado pela Academia de Polícia Civil.
Psicólogo Policial	Atividade de nível superior, de grande complexidade, de natureza técnico-	- Escolaridade: conclusão de curso superior em Psicologia.

	policial, na área de psicologia.	Conclusão de curso de formação especializada realizado pela Academia de Polícia Civil.
--	----------------------------------	--

Continua...

Continuação da página anterior

Escrevente Policial	Atividade de nível médio, de natureza especializada, envolvendo serviços auxiliares às atividades dos Escrivães de Polícia.	Escolaridade: conclusão do curso de 2º grau. Conclusão de curso de formação especializada realizado pela Academia de Polícia Civil.
Investigador Policial	Atividade de nível médio, de natureza especializada, envolvendo serviços auxiliares nas investigações e perícias, execução de diligências e outros serviços complementares às atividades de ordem policial.	Conclusão de curso de 2º grau. Conclusão de curso de formação especializada realizado pela Academia de Polícia Civil.

Fonte: Dados de Documentos e Entrevistas (2007)

Para uma melhor compreensão do perfil profissional dos agentes policiais que trabalham nesta delegacia apresentamos a seguir vários quadros de cada agente policial, utilizando em substituição aos seus nomes números, no sentido de garantir o sigilo de suas identidades. Nestes quadros descrevemos a formação profissional de cada um, tempo de formação na ACADEPOL, anos de trabalho na delegacia civil, assim como o tempo de serviço na delegacia escolhida para esta pesquisa.

Quadro 4 – quadro de funcionários da delegacia

Funcionário	Número 1
Sexo	Feminino
Idade	46 anos
Cargo	Escrivã
Formação	Bacharel em Direito
Tempo na Polícia Civil	17 anos
Tempo em Delegacias Especializadas	09 anos
Tempo nesta Delegacia Especializada	09 anos
Tempo de treinamento na ACADEPOL	6 meses
Cursos ou treinamentos recebidos no Tempo em que está na Polícia Civil	04
Cursos ou treinamentos recebidos específicos sobre VIF	01 pelo Ministério da Mulher
Funcionário	Número 2
Sexo	Feminino
Idade	21 anos
Cargo	Estagiário no setor Cartório ¹¹
Formação	Superior incompleto
Tempo na Polícia Civil	01 ano
Tempo em Delegacias Especializadas	01 ano
Tempo nesta Delegacia Especializada	01 ano
Cursos ou treinamentos recebidos no Tempo em que está na Polícia Civil	Nenhum

¹¹ O setor de cartório é responsável..... exerce a função de escritvã.

Cursos ou treinamentos recebidos específicos sobre VIF	Nenhum
--	--------

Funcionário	Número 3
Sexo	Feminino
Idade	50 anos
Cargo	Delegada
Formação	Bacharel em Direito e Estudos Sociais
Tempo na Polícia Civil	27 anos
Tempo em Delegacias Especializadas	17 anos
Tempo nesta Delegacia Especializada	
Tempo de treinamento na ACADEPOL	3 meses/ 6 meses p/ Delegada.
Cursos ou treinamentos recebidos no Tempo em que está na Polícia Civil	Não sabe responder exatamente.
Cursos ou treinamentos recebidos específicos sobre VIF	Encontros de DEAM, alguns proporcionados pela própria delegacia em parceria com a universidade local. Outros não especificados.
Funcionário	Número 4
Sexo	feminino
Idade	46 anos
Cargo	Escrevente policial
Formação	Ciências
Tempo na Polícia Civil	10 anos
Tempo em Delegacias Especializadas	10 anos
Tempo nesta Delegacia Especializada	10 anos
Tempo de treinamento na ACADEPOL	1mês na Acadepol e 2 meses de estágio na cidade em que foi atuar.
Cursos ou treinamentos recebidos no Tempo em que está na Polícia Civil	Não sabe responder exatamente.
Cursos ou treinamentos recebidos específicos sobre VIF	Diz ter recebido um curso sobre atendimentos na DEAM pelo Ministério da Justiça.
Funcionário	Número 5
Sexo	feminino
Idade	18 anos
Cargo	Estagiária direito
Formação	Superior incompleto
Tempo na Polícia Civil	1 mês
Tempo em Delegacias Especializadas	1 mês
Tempo nesta Delegacia Especializada	1 mês
Tempo de treinamento na ACADEPOL	Nenhum
Cursos ou treinamentos recebidos no Tempo em que está na Polícia Civil	Nenhum
Cursos ou treinamentos recebidos específicos sobre VIF	Nenhum
Funcionário	Número 6
Sexo	Feminino
Idade	48 anos
Cargo	Psicóloga
Formação	Psicologia
Tempo na Polícia Civil	20 anos
Tempo em Delegacias Especializadas	16 anos

Tempo nesta Delegacia Especializada	16 anos
Tempo de treinamento na ACADEPOL	1 mês
Cursos ou treinamentos recebidos no Tempo em que está na Polícia Civil	Não sabe responder exatamente.
Cursos ou treinamentos recebidos específicos sobre VIF	Muitos, porém não sabe responder exatamente.
Funcionário	Número 7
Sexo	Masculino
Idade	50 anos
Cargo	Investigador de polícia
Formação	Segundo grau completo
Tempo na Polícia Civil	Cerca de 6 anos (não sabe responder exatamente).
Tempo em Delegacias Especializadas	03 anos
Tempo nesta Delegacia Especializada	03 anos
Tempo de treinamento na ACADEPOL	3 meses
Cursos ou treinamentos recebidos no Tempo em que está na Polícia Civil	Não sabe responder exatamente.
Cursos ou treinamentos recebidos específicos sobre VIF	Nenhum.
Funcionário	Número 8
Sexo	Feminino
Idade	50 anos
Cargo	Escrevente policial
Formação	Estudos sociais
Tempo na Polícia Civil	18 anos
Tempo em Delegacias Especializadas	8 anos
Tempo nesta Delegacia Especializada	8 anos
Tempo de treinamento na ACADEPOL	3 meses
Cursos ou treinamentos recebidos no Tempo em que está na Polícia Civil	Não sabe responder exatamente.
Cursos ou treinamentos recebidos específicos sobre VIF	Cita um curso sobre gênero oferecido pela ACADEPOL, entretanto não sabe responder exatamente.
Funcionário	Número 9
Sexo	Feminino
Idade	43 anos
Cargo	Técnica atividade administrativa
Formação	Segundo grau completo
Tempo na Polícia Civil	
Tempo em Delegacias Especializadas	9 anos
Tempo nesta Delegacia Especializada	9 anos
Tempo de treinamento na ACADEPOL	Não passou pela ACADEPOL.
Cursos ou treinamentos recebidos no Tempo em que está na Polícia Civil	Não sabe responder exatamente.
Cursos ou treinamentos recebidos específicos sobre VIF	Alguns, não sabe responder exatamente.
Funcionário	Número 10
Sexo	Masculino
Idade	47 anos
Cargo	Comissário de polícia.
Formação	Bacharel em direito/contabilidade
Tempo na Polícia Civil	14 anos
Tempo em Delegacias Especializadas	3 anos
Tempo nesta Delegacia Especializada	3 anos

Tempo de treinamento na ACADEPOL	4 meses
Cursos ou treinamentos recebidos no Tempo em que está na Polícia Civil	Não sabe responder exatamente.
Cursos ou treinamentos recebidos específicos sobre VIF	Nenhum.
Funcionário	Número 11
Sexo	Feminino
Idade	49 anos
Cargo	Escrivã
Formação	Geografia
Tempo na Polícia Civil	22 anos
Tempo em Delegacias Especializadas	9 anos
Tempo nesta Delegacia Especializada	9 anos
Tempo de treinamento na ACADEPOL	3 meses
Cursos ou treinamentos recebidos no Tempo em que está na Polícia Civil	Não sabe responder exatamente.
Cursos ou treinamentos recebidos específicos sobre VIF	Não sabe responder exatamente.
Funcionário	Número 12
Este funcionário não foi entrevistado.	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

CAPÍTULO IV – OS DISCURSOS ESCRITOS SOBRE AS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS: PRIMEIRA ETAPA DA PESQUISA

Neste capítulo, mostramos o tema violência sob o recorte da violência intrafamiliar e os atendimentos realizados em Delegacias Especializadas - delegacias de defesa da mulher e do menor a partir de material bibliográfico sobre Violências Intrafamiliares e Delegacias Especializadas, escritos na área da Saúde e Justiça nos últimos 10 anos no Brasil.

Optou-se, por fazer um recorte no setor saúde e áreas afins a esta, buscando textos que discorressem sobre as práticas das Delegacias de Proteção à mulher e do menor¹² tentando compreender o trabalho e a formação dos agentes que atuam em Delegacias Especializadas enfatizando o olhar de pesquisadores que escreveram sobre os conhecimentos e forma de atuação destes profissionais quando em atendimento a casos de violência intrafamiliar. Em relação ao setor Saúde foram privilegiados artigos que situavam o papel dos profissionais desta área frente à problemática da violência intrafamiliar, seja através de denúncias, adequado encaminhamento ou de ações de prevenção.

Trata-se de uma discussão sobre a necessidade de aproximação entre estes dois setores que se constituem em espaços, em que mulheres que vivenciam situações de violência puderam e podem expressar de algum modo o problema e buscar algum tipo de intervenção, seja ela jurídica ou médica.

Como metodologia de pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa construída através de levantamento bibliográfico¹³ escritos na área da saúde e áreas afins, incluindo-se a justiça, nos últimos 10 anos no Brasil. Alguns dos textos selecionados apresentam data posterior ao recorte anteriormente mencionado, entretanto optou-se por mantê-los na lista de referências escolhidas para análise dada a relevância e pertinência destes frente ao tema pesquisado.

¹² No estado de Santa Catarina esta modalidade de delegacia especializada também atua nos casos de crimes e contravenções cometidos contra crianças e adolescentes.

¹³ Inicialmente pensou-se em se fazer também um levantamento documental (registros, anais, memorandos, circulares, ofícios e comunicações informais de documentos registrados pela Secretaria de Segurança Pública em seus arquivos e bibliotecas), entretanto, face ao pouco tempo disponível frente a outras atividades no mestrado, se optou por utilizar apenas dados de natureza bibliográfica.

Foram selecionados artigos e documentos que pudessem responder as seguintes questões:

- Como as Violências Intrafamiliares são percebidas e quais as justificativas/ causas para as mesmas nos textos escritos na área da saúde? Fala-se em prevenção?
- Quais as concepções de Violência Intrafamiliar descritas?
- Quais os tipos de violências mais comuns?
- As Delegacias Especializadas são citadas?
- Descreve-se o tipo de atuação e a equipe de uma Delegacia Especializada?
- São descritos os principais encaminhamentos de apoio às vítimas realizados após um boletim de ocorrência?
- Há uma descrição da formação e o preparo da equipe de uma delegacia especializada?

O material coletado foi analisado com o uso do método de análise do discurso, considerando-se dados descritivos que pudessem em seguida ser interpretados e apresentados em uma discussão reflexiva com autores das áreas da Saúde e outras áreas afins ao tema tratado.

Para efeito de organização do material analisado, após a organização sistemática das expressões chave e idéias centrais dividimos os discursos resultantes nas temáticas: Violência Intrafamiliar x Setor Saúde; Delegacias Especializadas X Violência Intrafamiliar; e Violência Intrafamiliar.

São apresentados a seguir as idéias centrais retiradas dos artigos analisados, seu correspondente Discurso do Sujeito Coletivo e a discussão levantada a partir destes dados.

▪ **Temática 01 – Violências Intrafamiliares x Setor Saúde**

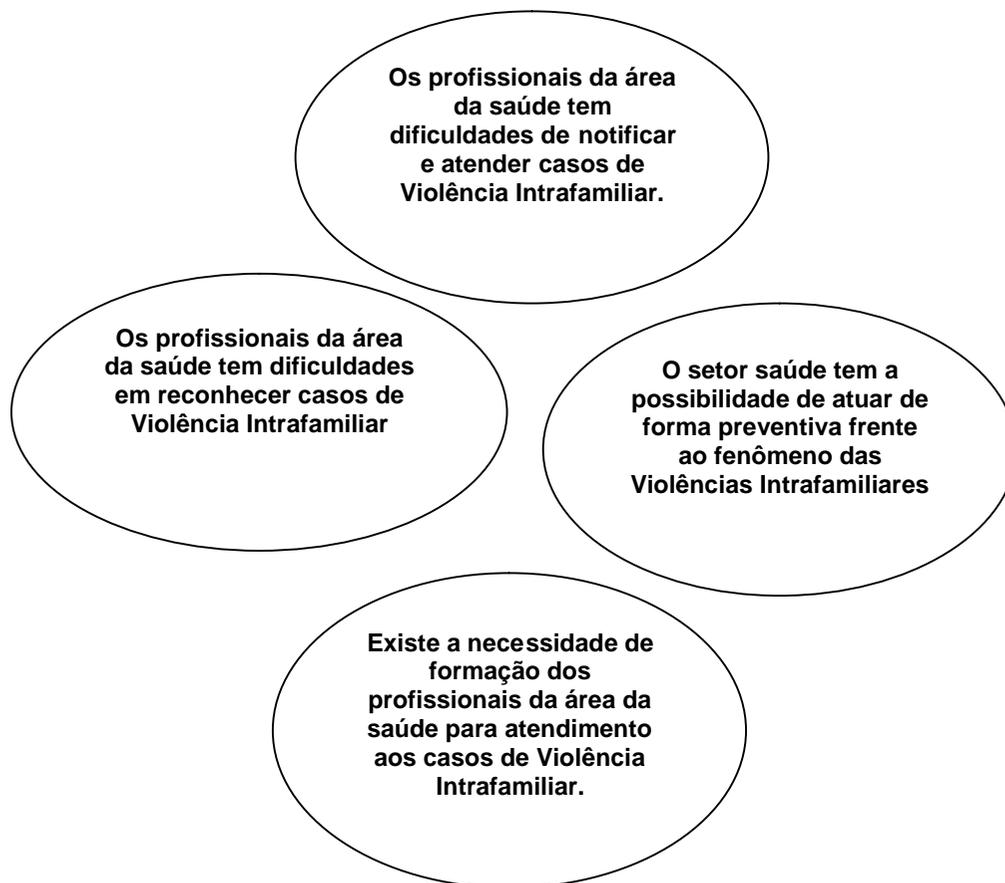


Figura 6 - Expressões Sinalizadoras das Dificuldades dos Profissionais da Saúde com Relação as VI
Fontes: Dados Bibliográficos (2007)

IDÉIA CENTRAL - 01

Os profissionais da área da saúde tem dificuldades de notificar e atender casos de Violência Intrafamiliar.

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 01

“Apesar da obrigatoriedade e do reconhecimento do valor da notificação, os profissionais têm dificuldades em adotá-la como conduta padrão. [...] Conta-se, com uma rede de serviços aquém do necessário, com a escassez de regulamentos que firmem procedimentos técnicos, e com a ausência de mecanismos legais de proteção aos profissionais encarregados de notificar a violência intrafamiliar.[...]”

IDÉIA CENTRAL - 02

O setor saúde tem a possibilidade de atuar de forma preventiva frente ao fenômeno das Violências Intrafamiliares

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 02

“[...]O setor saúde vem sendo chamado a responder e participar do enfrentamento desta questão, sendo diversas as suas possibilidades de atuação. [...] A prevenção da violência é um campo complexo e cheio de incertezas mas acreditamos que muito pode ser feito. [...] Em termos de serviços, os serviços básicos de saúde [...] podem atuar como importante aliado na prevenção primária das violências domésticas contra crianças, adolescentes e mulheres”.

IDÉIA CENTRAL - 03

Os profissionais da área da saúde tem dificuldades em reconhecer casos de Violência Intrafamiliar

DISCURSO SUJEITO COLETIVO 03

“Os profissionais da área da saúde tendem a subestimar a importância da violência familiar (...)Muitas vezes ainda, evidências físicas de maus-tratos ou relatos típicos não são sequer visíveis, o que dificulta ainda mais este processo para profissionais de saúde que nem sempre estão capacitados para lidar com um evento desta natureza [...] pelas especificidades do caso atendido e pelas próprias estruturas dos serviços, na sua maioria insuficientes [...]”.

IDÉIA CENTRAL 04

Existe a necessidade de formação dos profissionais da área da saúde para atendimento aos casos de Violência Intrafamiliar.

DISCURSO SUJEITO COLETIVO 04

“Vários estudos apontam a influência positiva do conhecimento, do acesso a treinamento e da qualificação da formação médica sobre a atitude dos profissionais de saúde em notificar casos de maus-tratos (...) requereria um estímulo ainda na etapa de formação e treinamento profissional, o que significa a inclusão de questões sociais e demográficas na grade curricular da formação na área da saúde”.

Nestes discursos, construídos a partir das expressões chave e idéias centrais, percebem-se que no setor saúde, as grandes dificuldades se desenrolam considerando a notificação, o atendimento e inclusive, o reconhecimento dos casos de violência intrafamiliar. A falta de formação direcionada a estas questões, confirma em parte esta relação de incompreensão na abordagem ao fenômeno e ao papel destes profissionais.

Dados apontados por Deslandes (2004), revelam que o setor saúde é uma das portas de entrada no setor público dos casos de violência, este muitas vezes procurado pelas vítimas como recurso de tratamento aos agravos ocasionados pelas situações de Violência Intrafamiliar. Segundo Angulo -Tuesta (1997, p.8), “mulheres utilizam, de forma freqüente, os serviços ambulatoriais e emergenciais por agravos a saúde decorrentes de violência doméstica”. As situações de violência são consideradas um problema endêmico e suas vítimas têm, no setor saúde, a referência para tratar os agravos decorrentes destas situações. Portanto, considera-se como dado preocupante as dificuldades de reconhecimento e atendimento aos casos de Violência Intrafamiliar, visto que muitos são tratados apenas como disfunções orgânicas, lesões e traumas.

Outro aspecto relevante diz respeito à notificação dos casos atendidos. Notificação aqui não entendida apenas como denúncia formal, mas também como registro do caso atendido. Nos casos de violência contra a criança e adolescente, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) torna obrigatória a notificação aos Conselhos Tutelares, neste caso a lei impede o profissional de ignorar agressões. Entretanto, em relação à violência contra a mulher, a denúncia formal passa por uma decisão pessoal. Entretanto, este fato não deveria invalidar o registro em prontuários de atendimento nos serviços de saúde, assim como a realização de uma abordagem diferenciada frente à problemática por parte dos profissionais. Sabe-se que a tomada de decisão para interrupção das situações de violência sofrida pelas

mulheres passa por inúmeras questões, que nos cabe discutir, mas, que na maioria das vezes não o fazemos, isto porque continuamos na prática com a premissa de que a violência é de caráter “privado” e não um problema de polícia e de saúde pública. Com relação ao atendimento à saúde, seja ela em ambulatórios públicos ou em serviços privados, ressalta-se a pouca importância que muitos profissionais dão a uma intervenção clara e direta onde se possa discutir abertamente a questão com a pessoa atendida.

Tratar a questão através de perguntas diretas sobre as situações de violência faz com que as mulheres possam discutir a causa real de suas lesões. Esta forma de abordagem poderá contribuir para uma maior visibilidade do fenômeno, deixando de tratar a violência intrafamiliar como uma questão do âmbito do privado, que não pode ser falada, tirando-a da categoria de “normalidade”.

Em muitos casos a ação mais freqüente dos profissionais, por ser a única disponível, é a orientação, como explicam Cavalcanti e Minayo (1999, p. 512): “nas situações de violência intrafamiliar é preciso incentivar a orientação e principalmente valorizar uma ‘escuta generosa’ por parte dos profissionais de saúde”; além disto, essa orientação deve vir acompanhada de esclarecimentos sobre as opções assistenciais existentes nas localidades a que pertencem estas mulheres, além de um ambiente humanizado, no qual exista acolhimento e respeito frente ao relato das situações vivenciadas, assim como a necessidade de que o sigilo e a ética, pautem este tipo de intervenção.

Destaca-se ainda o importante papel que o setor saúde possui frente ao fenômeno da Violência Intrafamiliar: o da prevenção. Constitui-se no setor que assume a posição de promover saúde e qualidade de vida, sendo um dos atores sociais que historicamente luta por melhorias nas condições de vida da população, fato que o habilita para assumir a dianteira da prevenção as Violências Intrafamiliares. O Ministério da Saúde, através do documento *Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência* (Portaria MS/GM no. 737 de 16/05/01), orienta o setor saúde quanto a sua atuação frente ao problema da violência e o coloca no marco da promoção da saúde, buscando nortear as ações do setor através de práticas que contribuam para a universalização da cidadania.

Existe ainda um reconhecimento por parte dos profissionais do setor de que a Violência Intrafamiliar é um importante problema nos serviços de saúde, sendo seus

efeitos sentidos não apenas nas vítimas, mas também em suas famílias e comunidades. Considera-se, em relação ao setor saúde, a experiência prática que os profissionais da área possuem em intervenções referentes aos cuidados à saúde e o acesso as mais diversas classes sociais por eles atendidas.

Todas as questões discutidas se relacionam com uma lacuna na pauta de muitas universidades, nos cursos da área da saúde, em relação ao fenômeno da violência, em especial das Violências Intrafamiliares. Torna-se necessária à sensibilização dos profissionais da área da saúde para a problemática em questão, assim como a inclusão nos cursos de graduação de questões referentes ao atendimento e reconhecimento dos casos, possibilidades de encaminhamento destes, assim como possibilidades de ações preventivas frente ao fenômeno. Discutir questões referentes à dinâmica das situações de violência, que guardam inúmeras especificidades e particularidades, para que se criem novas possibilidades de intervenção profissional pautada numa perspectiva mais abrangente da situação.

▪ Tema 02 – Delegacias Especializadas X Violências Intrafamiliares

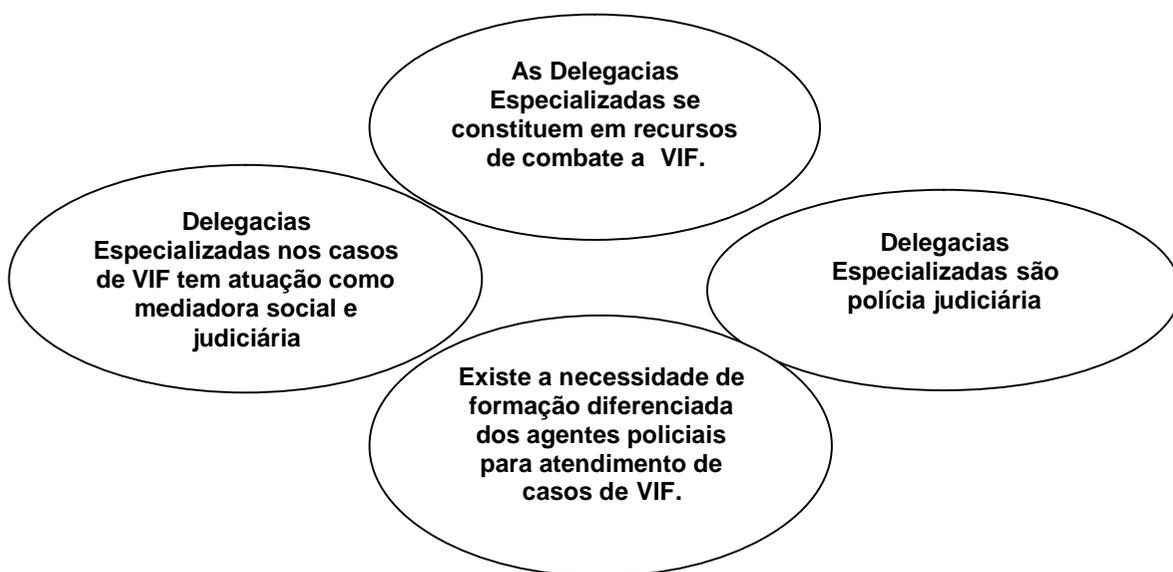


Figura 7 - Expressões Sinalizadoras do Papel da DE e suas Necessidades
Fonte: Dados Bibliográficos (2007)

IDÉIA CENTRAL - 01

As Delegacias Especializadas se constituem em recursos de combate a Violência Intrafamiliar

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 01

“A atuação das delegacias é um dos fatores decisivos para dar ou não visibilidade aos casos de violência contra a mulher [...] No Brasil, por demanda da própria sociedade, o Estado criou as delegacias especiais voltadas ao atendimento de mulher, crianças e idosos, para minimizar os trágicos efeitos da violência intrafamiliar”.

IDÉIA CENTRAL - 02

Delegacias Especializadas são polícia judiciária

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 02

“A Delegacia da Mulher é instituição sui generis, um setor especializado do serviço da Polícia Civil de cada estado e é, tipicamente, polícia judiciária, o que equivale a dizer que ela atua como correia de transmissão entre os serviços de polícia e o sistema judiciário. O seu objetivo maior é, portanto, a instrução dos inquéritos policiais que levarão ao judiciário as queixas -crimes para julgamento”.

IDÉIA CENTRAL - 03

Delegacias Especializadas nos casos de Violência Intrafamiliar tem atuação como mediadora social e judiciária

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 03

“A ação policial nos casos de violência intrafamiliar é uma mediação social no interior das relações privadas [...]. A Delegacia da Mulher é instituição da polícia judiciária, criada para atuar como mecanismo de controle social, mas que vem sendo reorientada para atender demandas diversas, tornando -se recurso social tipicamente de controvérsia e regulação informal de conflitos interpessoais. [...] A DM é um

recurso coletivo de transformação de conflitos interpessoais, envolvidos numa rede complexa e ambígua de elementos de ordem afetiva (paixão, amor) que se cruzam com corpos machucados, dívidas, projetos e interesses pessoais. A DM é um operador coletivo de reordenamento de conflitos e seus dilemas em categorias aceitáveis socialmente e eventualmente cujo horizonte é o campo jurídico, ainda que não seja seu objetivo”.

IDÉIA CENTRAL - 04

Existe a necessidade de formação diferenciada dos agentes policiais para atendimento de casos de violência Intrafamiliar.

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 04

“Assim, deve haver nova preparação para que as policiais possam atuar eficientemente nesses casos, apoiando e esclarecendo as vítimas, mas sempre procurando respeitar a sua capacidade de decisão”.

O funcionamento das Delegacias Especializadas (também denominadas de Delegacia da Mulher – DM, em alguns dos trabalhos analisados) de atendimento às Mulheres foi definido para atender todos os casos de violência contra as mulheres, independentemente da gravidade ou leveza da lesão e sua correspondente e estipulada penalidade e independentemente de quem infligia a violência.

Buscava-se com a criação das Delegacias Especializadas dar atendimento mais adequado às mulheres vítimas de violência, em especial a violência conjugal e crimes sexuais. Entende-se assim que, atualmente, a atuação das delegacias é um dos fatores decisivos para dar ou não visibilidade aos casos de violência contra a mulher. Constituindo-se em uma das mais importantes políticas públicas de combate à violência.

Segundo o texto de referência do Encontro Nacional de Delegados (2005, p.16), as Delegacias Especializadas:

[...] tiveram a chance de criar impactos importantes na sociedade, ao introduzirem mudanças exemplares na conduta profissional do(as) seus(as) agentes policiais e nas inovadoras ações administrativas.

Constata-se que as experiências dessas instituições vêm contribuindo eficazmente para tornar visível e também diminuir a violência cometida contra as mulheres [...]

Entre as funções destas Delegacias Especializadas encontra-se a da mediação social sempre seguida da intervenção judiciária, ou seja, nas delegacias existe a escuta da vítima seguida do enquadramento da violência sofrida como crime ou contravenção, para então se decidir se o que houve é uma penalidade leve ou não; no primeiro caso lavrar os Termos Circunstanciados e enviar a vítima para o Juizado Especial Criminal; no segundo registrar no boletim de ocorrência e proceder ao inquérito e arrolamento de testemunhas, e envio para o judiciário tradicional.

Entretanto, verifica-se na prática, que a atuação de uma Delegacia Especializada é muito mais ampla do que a instrução dos inquéritos policiais. No cotidiano das Delegacias, conforme apontado nos textos analisados, verifica-se uma série de atividades que se distanciam muito do cerne definido como o principal eixo das atividades policiais precípuas: registro, apuração e investigação. Dentre estas atividades pode-se citar: encaminhamentos a outros órgãos, conversas com os envolvidos visando mediação e conciliação, encaminhamento da vítima a serviços de apoio psicológico e social existentes na mesma delegacia, ou a outros serviços públicos, assim como aconselhamento.

Assim, considerando o caráter mediador que as Delegacias Especializadas possuem, e por estarem se deparando constantemente com demandas que a priori não constituem o papel de formação formal de um agente policial, torna-se fundamental (demanda de muitos policiais informadas nas pesquisas que resultaram nos textos analisados) uma nova preparação para que as policiais possam atuar eficientemente nesses casos, apoiando e esclarecendo as vítimas, mas sempre procurando respeitar a sua capacidade de decisão.

▪ **Tema 03 – Violências Intrafamiliares (VI)**

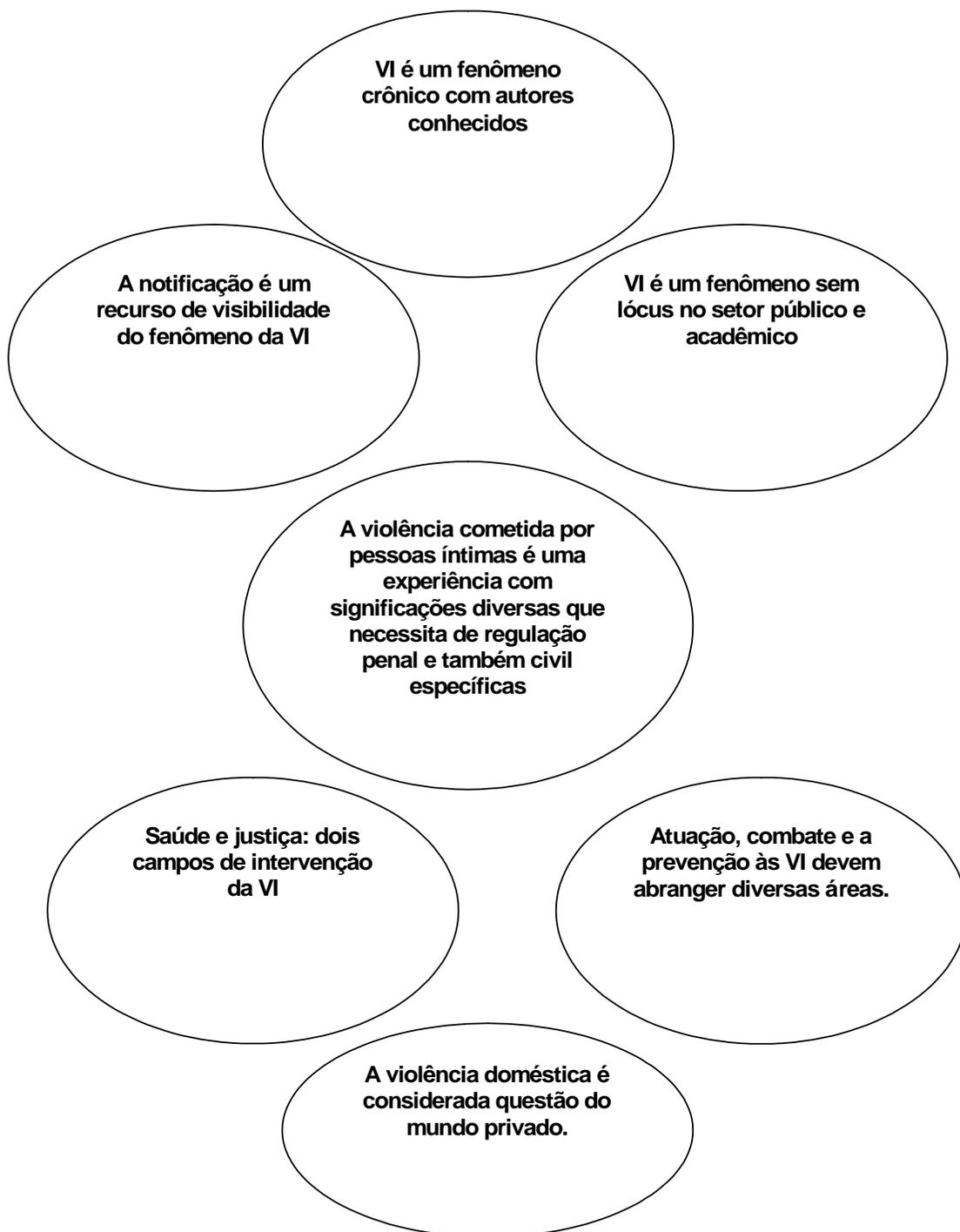


Figura 8 - Expressões Sinalizadoras das Concepções Distintas de VI
Fonte: Dados Bibliográficos (2007)

IDÉIA CENTRAL - 01

Violência cometida por pessoas conhecidas é uma experiência singular (um fenômeno) com significações diversas

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 01

“A lei a princípio seja feita para ser aplicada a todas as relações interpessoais, observando-se muitas dificuldades ao tentar aplicá-la na esfera das relações conjugais, familiares e muito íntimas [...] Os crimes cometidos por pessoas muito próximas das vítimas têm uma configuração própria e que assumem significados diversos para os presentes, necessitando regulação penal e também civil específicas”.

IDÉIA CENTRAL - 02

A violência intrafamiliar é um fenômeno sem lócus no setor público e acadêmico

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 02

“Não há, ainda, um lugar social e um campo de intervenção e saberes que a reconheça como objeto seu; como seu alvo de estudos, seu alvo de intervenção [...] Sem lugar definido ou reconhecido no âmbito das práticas que poderiam acolher demandas e necessidades relacionadas à violência de gênero, a violência experimentada pelas mulheres e seus efeitos na vida e na saúde não encontram canais de expressão ou comunicação já que não possuem códigos, nomeações ou linguagens que lhe seriam próprias [...] sem ser crime, a violência será uma espécie de .transgressão da ordem.; sem ser doença, uma espécie de .transgressão do corpo”.

IDÉIA CENTRAL - 03

Saúde e justiça: dois campos de intervenção da Violência Intrafamiliar.

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 03

“Dois têm sido seus campos recentes de algum acolhimento, nada por inteiro ou muito eficaz [...] e podem expressar de algum modo o problema e buscar algum tipo de intervenção [...] a Justiça e a partir dos anos 90 também a Saúde têm sido tais campos. Todavia, são, ambos, apenas, rotas imperfeitas. Assim como a linguagem do crime não expressa adequadamente toda a complexidade da violência doméstica e sexual, tampouco a linguagem da doença consegue este feito guardando possibilidades, mas também riscos importantes”.

IDÉIA CENTRAL - 04

A violência doméstica (vista aqui como uma VI) é considerada questão do mundo privado

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 04

“Enunciada como prática da tradição nos relacionamentos amorosos em especial, a violência cometida por pessoas íntimas, que envolve também filhos, pais, sogros e outros parentes ou pessoas que vivam na mesma casa a que chamaríamos de violência doméstica - está profundamente arraigada na vida social, sendo percebida como situação normal [...] é considerada como uma questão do mundo privado e individual”.

IDÉIA CENTRAL -05

A atuação, o combate e a prevenção à violência devem abranger diversas áreas.

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 05

“Combater e prevenir um fenômeno complexo, multi - determinado, crônico e epidêmico como tal, requer esforços descomunais que precisam abranger áreas diversas como saúde, educação, justiça, segurança pública e meios de comunicação de massa [...] A resolução da questão da violência contra a mulher não é tarefa apenas de um setor. Exige necessariamente a construção de redes intersetoriais,

incluindo, redes interinstitucionais, em que cada setor possa oferecer o que tem de melhor de sua atuação[...] Outros aspectos também são prioritários no enfrentamento desta questão, tais como a formação de equipes multidisciplinares, o escopo e conteúdo do treinamento e educação continuada oferecidos a estas equipes, ou ainda, a criação de redes de suporte para as vítimas no que se refere ao monitoramento de situações de recrudescimento ou acirramento de episódios violentos”.

IDÉIA CENTRAL - 06

A violência intrafamiliar é um fenômeno crônico com autores conhecidos

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 06

“As mulheres estão mais sujeitas a serem agredidas por pessoas conhecidas (parentes) e íntimas (marido ou ex-maridos) no espaço privado. Nesse espaço, geralmente, a violência caracteriza-se por episódios repetidos e cada vez mais graves, levando muitas vezes, a perpetuar-se cronicamente por muitos anos [...] Mesmo quando se tratam de situações onde são os únicos e primeiros atos violentos, podem estar indicando o ponto inicial de um processo de violência contínuo e podem ser concomitantes a ameaças graves à vida”.

IDÉIA CENTRAL - 07

A notificação é um recurso de visibilidade do fenômeno da Violência Intrafamiliar

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 07

“O ato de notificar é um elemento crucial na ação pontual contra a violência, na ação política global e no entendimento do fenômeno [...] Há que se criar uma "rotina institucional" para a notificação, identificando-se etapas e atribuições”.

As idéias destacadas nos textos vêm de encontro a questões usualmente

discutidas em relação à Violência Intrafamiliar. Uma delas diz respeito as situações crônicas de VI, casos não isolados ou pontuais, que tendem a se repetir e se tornam a cada episódio mais graves. Tem como autores, pessoas com as quais a vítima mantém ou manteve laços de afetividade. Sabe-se que um episódio de violência cometido por pessoa íntima provavelmente não será único e que com o passar do tempo à gravidade das marcas, seqüelas e ferimentos aumentará. De acordo com um estudo desenvolvido por Soares et al. (1996) em DE no estado do Rio de Janeiro, um número significativo de mulheres manifestou a existência de agressão anterior àquela que motivou a denúncia, sendo o responsável pela agressão em 74,5% do total da amostra o companheiro / marido ou ex-companheiro / marido.

Outros autores também sinalizam esta questão apontando como elementos fundamentais para uma melhor compreensão da problemática, entre outros: o conhecimento de que as mulheres estão sob risco de violência, principalmente por parte de homens conhecidos por elas e que a violência tende a piorar com o tempo (HEISE, 1994; ANGULO-TUESTA, 1997).

A violência, perpetrada contra crianças e adolescentes, também tem como principais autores pessoas íntimas. Aponta-se o domicílio como local mais freqüente para ocorrência de agressões físicas na infância ou adolescência (IB GE apud DESLANDES et al., 1999) e que grande parte dos agressores é de pais ou parentes (GOMES, 2002).

Considerada culturalmente como questão do mundo privado, a Violência Intrafamiliar tende a ficar invisível, não denunciada, não dita, visto que não é da competência ou do direito de quem se encontra fora desta relação intervir. Entendida como prática educativa ou como questão referente à intimidade do casal, acaba, em muitas situações, banalizada e escondida.

É vivida como uma situação conflitiva, pela pessoa que sofre seus agravos, na qual sentimentos de amor, dependência, afeto se misturam a medo, raiva, culpa e frustração. Como então denunciar aquela pessoa da qual se depende física, emocional e muitas vezes economicamente? Como enquadrar nos 'rigores da lei' alguém com quem se mantém relações de proximidade? Busca-se, na realidade, uma solução para a situação da violência, ficando a questão da punição para outro plano.

É neste contexto que se apresentam as situações de Violência Intrafamiliar, que difere em muito das situações de violência praticada por pessoas desconhecidas ou estranhas. Segundo Schraiber (2002), em um estudo realizado em uma unidade básica de saúde em São Paulo, os dados apresentados sugerem que os casos de agressão física dos familiares e agressão sexual por parceiros íntimos têm visibilidade menor e estes recorrem menos aos serviços especializados quando agredidos. Outro agravante refere-se ao fato que: agressões cometidas por parceiros íntimos tendem a ser repetitivas, sugerindo um maior impacto a saúde das mulheres submetidas a agressões.

Outra questão apresentada refere-se ao fato de não haver, ainda, um lugar social e um campo de intervenção e saberes que reconheça a Violência Intrafamiliar como objeto seu; como seu alvo de estudos, seu alvo de intervenção. Reconhece -se ainda a necessidade de elaboração de códigos, nomeações ou linguagens que lhe seriam próprias para abordar o fenômeno. Este fato acaba, somada a s outras questões referentes à violência, contribuindo para a invisibilidade do fenômeno. Parte daí a reflexão da importância de se construir uma linguagem própria, que considere as especificidades destas situações tão complexas, e que na prática se constituem nas diversas formas de violências cometidas contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos e, por que não citar apesar da pouca ocorrência, a violência contra os homens.

Atualmente, dois têm sido seus campos de algum acolhimento, e que podem expressar de algum modo o problema e buscar algum tipo de intervenção: a Justiça e a Saúde. A Justiça, através das Delegacias Especializadas e dos Juizados Especiais Criminais, buscando punir e dar um espaço de escuta para as pessoas que sofrem Violências, através de intervenções legais, para ampliar o acesso ao sistema de justiça visando reduzir a impunidade. E a saúde, que se depara constantemente com as seqüelas deixadas pelos episódios de violência, e com a constante procura das vítimas do fenômeno que percebem este sofrimento como doença. Assim torna-se clara a necessidade de intervenções diferenciadas e mais pontuais em relação ao tratamento, denúncia e prevenção destes casos.

Outro aspecto relevante a ser destacado refere -se à notificação dos casos de Violência Intrafamiliar, que se constituem num recurso de visibilidade do fenômeno, visto sua importância para o conhecimento mais consistente do problema.

Apresenta-se como recurso fundamental para o desenvolvimento de programas de intervenção e prevenção do fenômeno, contribuindo para melhor proteger vítimas e prevenir possíveis reincidências. “A elaboração de processos sistemáticos de vigilância dentro dos serviços, acoplada ao desenvolvimento de ações em rede interagindo os diversos setores envolvidos, seriam fundamentais para a abordagem plena da violência familiar” (REICHENHEIN, et al, 2005, p. 12).

Combater e prevenir um fenômeno complexo, crônico e epidêmico, como a violência requer esforços descomunais que precisam como afirmam os autores de quase todos os textos analisados, abranger áreas diversas como saúde, educação, justiça, segurança pública e mídia de comunicação de massa. Exige necessariamente a construção de redes intersetoriais, incluindo, redes interinstitucionais, em que cada setor possa oferecer o que tem de melhor de sua atuação.

Há que se desenvolver trabalhos e programas com abrangência mais ampla, que atendam vítimas, agressores, assim como todas as pessoas da família em que existam casos e situações de violências. É necessário que ocorram intervenções conjuntas e que valorizem a comunicação com diversos profissionais, visando a continuidade do atendimento e rompendo com o ciclo de revitimização (DAY et al., 2003). Outros aspectos também são prioritários no enfrentamento desta questão, tais como a formação de equipes multidisciplinares de atuação interdisciplinar, assim como a criação de redes de suporte às vítimas, bem como o acompanhamento dos agressores.

CAPÍTULO V - DELEGACIAS ESPECIALIZADAS: DISCURSOS SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, NECESSIDADES E PROBLEMAS

A partir das entrevistas realizadas com os profissionais que atuam em uma Delegacia de Proteção à Mulher Criança e Adolescentes, são apresentados os discursos centrais retirados dos discursos destes profissionais e seu correspondente Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). As discussões são realizadas a partir dos discursos coletados nas entrevistas e analisados através do DSC e complementadas pelas outras fontes de coleta de dados utilizadas na pesquisa.

- **Temática 01 – Papel e atuação das Delegacias de Proteção à Mulher e ao Menor**

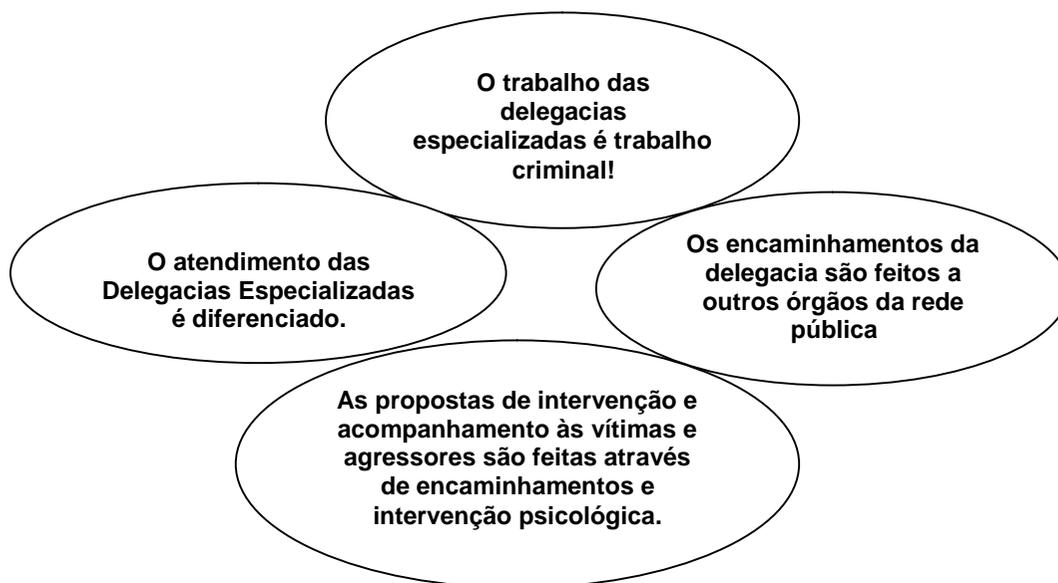


Figura 9 – Expressões Sinalizadoras
Fonte: Dados de Campo / Entrevistas (2007)

IDÉIA CENTRAL - 01

O trabalho policial é trabalho criminal!

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 01¹⁴

“[...] porque essa é uma delegacia especializada mais tudo que rola aqui é crime, não adianta querer jogar confete, no fundo no fundo é o lado criminoso, tudo é crime, o assédio é crime, o estupro é crime [...] porque o trabalho da delegacia da mulher é uma área de crime[...].”

IDÉIA CENTRAL - 02

O atendimento das Delegacias Especializadas é diferenciado.

DISCURSO SUJEITO COLETIVO – 02

“Não sei o atendimento eu acho que é dado com mais carinho né, com mais atenção[...] é, tem que haver um tratamento diferenciado”

IDÉIA CENTRAL - 03

Os encaminhamentos da delegacia são feitos à outros órgãos da rede pública.

DISCURSO SUJEITO COLETIVO – 03

“A delegacia assim, é o encaminhamento da delegacia a outros órgãos de ajuda, de apoio né, dos alcoólicos anônimos, do serviço social é internamento, sabe, então é assim ó, e eu vejo[...].”

¹⁴ Escolhemos uma fala de um dos entrevistados para servir como exemplo das falas semelhantes que deram origem aos discursos aqui apresentados.

IDÉIA CENTRAL - 04

As propostas de intervenção e acompanhamento às vítimas e agressores são feitas através de encaminhamentos e intervenção psicológica.

DISCURSO SUJEITO COLETIVO – 04

“a gente continua a fazer atendimentos a todas as vítimas que aparecem, tanto crianças quanto adultos e mesmo casais, né [...] o acompanhamento psicológico que ajuda bastante, é uma forma de tá ajudando a reestruturação dessa família! Às vezes faz um acompanhamento pequeno [...] e encaminhamento [...] e peço pra dar uma passada por aqui pra tar vendo uma vez por mês pra ver como tá indo as coisas[...]

Os discursos apresentados, numa soma e representação das falas dos atores sociais entrevistados, nos colocam frente a uma instituição policial que tenta seguir as primeiras propostas nacionais de um atendimento diferenciado, ainda que na prática e no cotidiano desta e de outras delegacias, este diferencial esteja cada vez menor. No caso específico desta delegacia, o atendimento que talvez a torne um pouco mais especial do que o que se realiza em uma delegacia convencional, se caracteriza em atendimentos psicológicos realizados pela profissional da delegacia, que atua quatro (04) horas por dia na instituição. O acompanhamento psicológico pode ser realizado mediante agendamento pela psicóloga, que geralmente intima os envolvidos na denúncia ou também pode acontecer, de maneira informal, através de solicitação verbal de outro policial que entende ser necessária a realização deste tipo de intervenção. Durante a permanência nesta delegacia, foi possível constatar muitas situações em que pessoas que registravam ocorrências eram encaminhadas para uma “primeira conversa” com função de aconselhamento ou encaminhamento para outros setores. Observou-se também que os serviços da psicologia eram utilizados mais nos casos que envolviam crianças como vítimas de violências, ou como suporte emocional em casos de estupro de crianças, mulheres jovens/adultas ou idosas.

O setor saúde, neste caso representado pela psicologia, constitui um

contraponto a esfera jurídica e criminal. Segundo Rifiotis (2004) a grande maioria das demandas atendidas na delegacia de proteção a mulher ultrapassa a função policial, e por essa razão observa-se cada vez mais a busca de apoio de assistentes sociais e de psicólogos para a melhoria dos atendimentos.

Apesar de existirem propostas de intervenção para os casos de violência intrafamiliar nesta delegacia especializada, consideramos os atendimentos tímidos em termos de busca de soluções, considerando a problemática apresentada pelas situações de violência atendidas. As intervenções se resumiam basicamente a intervenções psicológicas realizadas em um âmbito psicoterapêutico, visando à resolução de conflitos. Pode-se resumir este trabalho como uma mediação de conflitos e a realização de atendimentos emergenciais, estendidos às vítimas e com encaminhamentos para setores da rede pública como CAPS¹⁵, CAPS ad¹⁶, CAPS i¹⁷, ou Alcoólatras Anônimos.

Segundo Rifiotis (2004) o enfrentamento e prevenção da Violência Intrafamiliar se apresenta como um desafio a ação policial, que enfrentam sem um preparo específico, um conjunto complexo de fenômenos que se desenrolam no âmbito privado. Constata-se então, que propostas efetivas de intervenção preventiva não são realizadas e que existe falta de espaço físico e de recursos para este tipo de intervenção ocorra na delegacia em questão.

Segundo Machado (2002, p. 16), neste processo de conciliação de conflitos deve-se pensar as especificidades da violência intrafamiliar, ou seja, não se trata apenas da mediação entre pares, entre parceiros ou familiares em posições desiguais de poder, em que valores culturais legitimam o controle pela força entre homens e mulheres e adultos em relação às crianças, idosos e mulheres em situação de fragilidade emocional e / ou física. A mediação deve ser mais do que orientações e conselhos, “a mediação deve tentar que um processo violento seja interrompido, questão muito mais grave do que prescrever uma penalidade qualquer

¹⁵ CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, está voltado a assistir pessoas com problemas de saúde mental, individual e coletiva. O Serviço conta com profissionais da área de Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social, Enfermagem e Educação.

¹⁶ O CAPS-AD é referência no tratamento de pacientes que apresentam problemas de dependência química, buscando integração social dos mesmos. Conta com uma equipe formada por psiquiatra, psicólogos, assistentes sociais, clínico, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, terapeutas ocupacionais e profissionais das artes educativas.

¹⁷ Centro de Atenção Psicossocial Infantil tem como público-alvo crianças e adolescentes com transtornos psicóticos e psicológicos, autismo, repressão grave e transtorno de conduta, além de dependentes químicos (álcool e drogas).

ou uma conciliação superficial e aparente”.

Nas conversas que realizamos durante os meses de coleta de dados, observamos que existe um entendimento por parte da psicóloga e da delegada, da necessidade de outras formas de intervenção aos casos de violência intrafamiliar, tanto para vítimas como para os agressores. Em muitas situações segundo relato destas profissionais, esta era uma busca das mulheres que procuravam os serviços da delegacia. A compreensão e o olhar destas profissionais voltados para esta questão, entretanto, não é uma unanimidade nesta ou em outras delegacias por parte de alguns policiais, que vêem o trabalho da delegacia de proteção à mulher como um trabalho criminal, apenas trabalho criminal.

Segundo Schraiber e d'Oliveira (2006) uma boa parte das demandas dirigidas às delegacias são intervenções na área civil, que não se enquadram na função primária da polícia penal tal como compreendido pelos agentes policiais, ou seja verificar e apurar crimes. Muitas vezes os trabalhadores destas delegacias consideram as queixas das reclamantes como seu campo de atuação, já que muitas vezes estas não podem ser enquadradas em crimes tipificados em lei.

A centralidade policial nos procedimentos prestados nas delegacias da mulher é considerada insatisfatória pelas usuárias destas delegacias, que às vezes reclamam por outras formas de atendimento. Portanto, as demandas enfrentadas pelas delegacias da mulher, como pelas práticas policiais que delas decorrem exigem outros tipos de intervenções consideradas como uma mediação social no interior de relações sociais privadas (MACHADO, 2002).

Discute-se então o que seria o trabalho do policial nas delegacias de proteção à mulher. Sabe-se que esta modalidade de delegacia especializada tem como atribuição investigar e apurar, entre outros, delitos de lesão corporal, ameaça, constrangimento ilegal, atentado violento ao pudor. Além de crimes contra a mulher, estas delegacias também apuraram e investigam delitos contra as crianças e adolescentes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente .

Entretanto verifica-se no cotidiano destas delegacias que realiza-se muito mais do que isto. A Delegacia de Proteção à Mulher e a Criança é uma instituição da polícia judiciária, criada para atuar como mecanismo de controle social, mas que vem sendo reorientada para atender demandas diversas, tornando -se recurso social

tipicamente de controvérsia e regulação informal de conflitos interpessoais.

Outra questão levantada pelos policiais refere-se à forma de atendimento dispensada às usuárias nesta delegacia. Nas entrevistas, apenas as agentes policiais do sexo feminino destacam o diferencial no atendimento das delegacias de Defesa da Mulher, discurso confirmado por Rifiotis (2004, p. 6) em trabalho desenvolvido em delegacias da mulher em João Pessoa, Paraíba, lá segundo ele, “as polícias afirmaram que havia uma enorme diferença do seu trabalho com o de outras delegacias. A diferença foi expressa por uma policial em termos de ‘humanização da delegacia’, explicada como especificidade do trabalho das mulheres policiais”.

Os encaminhamentos da delegacia são feitos a outros órgãos da rede pública ampliando desta forma ou sendo parte de uma rede de instituições organizadas para as providências possíveis em situação de violências. Na região em que realizamos nosso estudo, as redes mais utilizadas estão ligadas ao poder judiciário e de saúde.

Importante ressaltar, que antes do encaminhamento ou da verificação de sua necessidade, de acordo com a equipe que esteja na delegacia, o processo de registro de uma ocorrência de violência intrafamiliar pode se tornar um momento privilegiado para abordar esta temática com as pessoas envolvidas na situação. Este momento constitui-se como uma abertura que possibilitaria intervenções profissionais com o objetivo não apenas de mediação, mais com enfoque preventivo do fenômeno, visto que o registro simboliza a quebra do muro do silêncio que envolve estas situações.

Reconhece-se a necessidade, assim como a possibilidade deste tipo de intervenção nestas delegacias, pois segundo Teles e Melo (2002), as delegacias de defesa da mulher, deveriam cumprir atividades de proteção, prevenção e vigilância às mulheres vítimas de qualquer tipo de violência. Sem com isto perder sua atribuição de delegacia especializada, visto que enquanto setor especializado do serviço da Polícia Civil de cada estado, as Delegacias de Defesa da Mulher são tipicamente polícia judiciária, o que, segundo Rifiotis (2004, p. 10) “equivale a dizer que ela atua como correia de transmissão entre os serviços de polícia e o sistema judiciário. O seu objetivo maior é, portanto, a instrução dos inquéritos policiais que levarão ao judiciário as queixas-crimes para julgamento”.

- **Temática 02 – Idéias centrais sobre capacitação e preparo dos profissionais das delegacias de proteção à mulher e menor.**

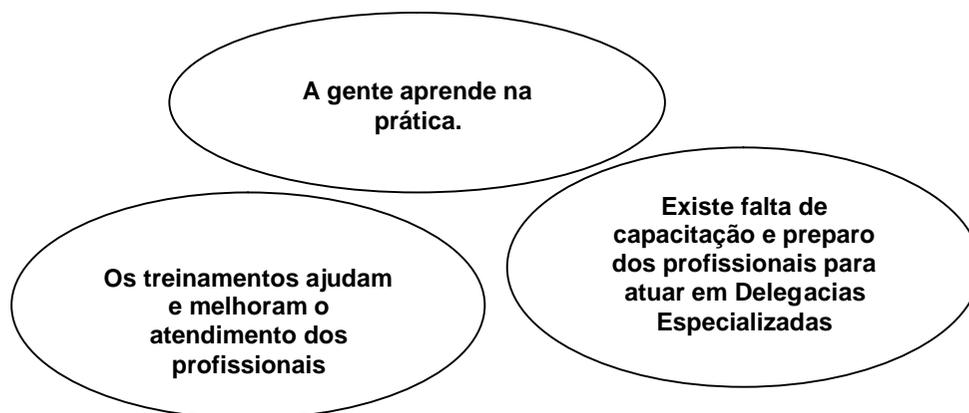


Figura 10 – Expressões Sinalizadoras
Fonte: Dados de Campo / Entrevistas

IDÉIA CENTRAL - 01

A gente aprende na prática.

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 01

“E os anos é que vão te preparando, né! Porque não é três meses ou seis meses é que vão te deixar apto ao campo. Não sei, acho que a gente foi aprendendo melhor na prática”.

IDÉIA CENTRAL - 02

Existe falta de capacitação e preparo dos profissionais para atuar em Delegacias Especializadas

DISCURSO SUJEITO COLETIVO - 02

“É assim ó, a formação pra termos trabalhando em delegacia da mulher, nós não temos né!”

IDÉIA CENTRAL - 03

Os treinamentos ajudam e melhoram o atendimento dos profissionais

DISCURSO SUJEITO COLETIVO – 03

“ eu acho que melhorou bastante[...] assim os nossos atendimentos depois dos treinamentos[...] a gente aprendeu melhor a como lidar com essas pessoas [...]”

Todos os policiais recebem, ao entrarem para o quadro de funcionários da Secretaria de Segurança Pública uma formação policial, da ACADEPOL, com disciplinas relacionadas a armamento, tiro, abordagem pessoal, atendimento ao público, abordagem à violência. Dentro da disciplina de abordagem da violência existe uma unidade que discute a violência intrafamiliar. A formação policial civil geralmente baseada no tripé investigação, tiro e algema se mostra insuficiente ao atendimento da demanda social imposta pelos casos de Violência Intrafamiliar (RIFIOTIS, 2004).

Entretanto, em Santa Catarina, apenas há cerca de 5 anos houve uma reformulação no currículo de formação dos policiais em relação a abordagem aos casos de Violência Intrafamiliar. Portanto, o treinamento recebido por muitos destes policiais, em especial os que receberam formação pela ACADEPOL a mais tempo do que este período, pouco abordava sobre a problemática da Violência Intrafamiliar, questão de fundamental importância para estes agentes, visto que a demanda que caracteriza os atendimentos destas delegacias especializadas refere-se basicamente a este tipo de conflito.

Segundo Santos (2005) desde 1985 nenhuma legislação referente às

Delegacias da Mulher tem feito menção a formação ou capacitação dos policiais titulares desta delegacia. Confirmamos o que Santos (idem) afirma quando recebemos dos informantes a informação de que poucos policiais que faziam parte do quadro funcional da delegacia em que estávamos havia recebido formação específica para atuar em Delegacias da Mulher ou recebido algum treinamento que considerasse as particularidades da problemática da violência intrafamiliar.

Nos discursos de nossos informantes aparece o reconhecimento por parte de alguns profissionais da falta de preparo dos agentes policiais para atuarem nas delegacias de defesa da mulher. Esta situação também é evidenciada na entrevista com a especialista que relata que todas as áreas de formação dos policiais pela ACADEPOL, em Santa Catarina, a que menos é oferecida é a violência intrafamiliar. Embora considerada de qualidade por esta profissional o tempo destinado à unidade que aborda violência intrafamiliar nesta formação inicial na área é vista como insuficiente.

Considerando a afirmação da informante 'especialista', confirmamos novamente os discursos dos informantes, quando eles consideram importante o treinamento, mas, ressaltam muito claramente que "aprendem na prática" sobre as especificidades do atendimento necessário a demanda local.

Segundo Rifiotis (2004, p. 15)

a cada dia o policial amplia os seus conhecimentos, vivendo concretamente diferentes experiências – fazendo policia. Porém, esses conhecimentos nem sempre são apresentados aos responsáveis pela implementação das políticas de segurança e de justiça. Na maioria dos casos, essa experiência permanece intuitiva, e os conhecimentos acumulados não chegam a se transformar em instrumento efetivo de reformulação das práticas policiais .

Outra questão refere-se à forma como os treinamentos e capacitações oferecidos são percebidos por alguns agentes. Muitos o consideram como um recurso de aperfeiçoamento profissional, uma forma de conseguir pontuar em seu currículo a participação em treinamentos e capacitação, já alguns policiais não vêem diferenças, e só vão quando forçados a participar. Nesta delegacia em particular, os informantes destacam apenas duas iniciativas em relação à capacitação dos profissionais, oferecidas em momentos posteriores à entrada na Polícia Civil: uma oferecida pela ACADEPOL que é usualmente oferecida a todas as delegacias de

Santa Catarina e outra iniciativa que nasceu de uma parceria realizada entre a Delegacia [representada pela delegada em exercício na ocasião] com a Universidade localizada no município.

Ao comentar as diferenças causadas na atuação profissional pelos treinamentos nossa informante 'especialista' reflete que a diferença é discreta visto que a mesma capacitação não é oferecida a todos os profissionais de uma mesma delegacia e que a formação inicial difere muito de acordo com o ano de entrada destes policiais. Policiais que receberam a formação inicial na ACADEPOL, há cinco anos, têm informações mais atualizadas e específicas sobre Violências Intrafamiliares porque hoje este é um tema que saiu do 'anonimato', seja na academia, na mídia e mesmo nas discussões em distintas instituições que hoje precisam receber encaminhamentos de atendimento à pessoas vítimas de violências.

Mas, por que esta dificuldade em capacitar ou mesmo atualizar estes profissionais?

Para responder a este questionamento, procuramos refletir sobre as capacitações oferecidas pela Secretaria de Segurança Pública em Santa Catarina, através da ACADEPOL, e sobre o impacto gerado por estes treinamentos na atuação destes profissionais. Estes treinamentos são realizados com a penas alguns profissionais de cada delegacia devido à dificuldade de deslocamento, visto que estes são realizados na sede da ACADEPOL, em Florianópolis. Outras dificuldades de participação dos profissionais nestes cursos referem -se a questões relacionadas à interrupção dos trabalhos destes profissionais em suas delegacias. Em geral deslocam-se dois (02) policiais de uma mesma delegacia e a escolha destes para participarem dos cursos é feita, em geral, pelos delegados.

Os critérios de lotação dos profissionais nas delegacias seguem os critérios de desempenho nas avaliações realizadas no período de formação na ACADEPOL, não se considerando questões como perfil pessoal. Em função desta realidade, alguns informantes, bem como nas reflexões dos textos analisados, se discute a necessidade de uma formação específica e mais aprofundada acerca da problemática da violência intrafamiliar aos profissionais que serão designados para as Delegacias de Defesa da Mulher.

- **Temática 03 – Idéias Centrais sobre Dificuldades e Necessidades da Delegacia de Proteção à Mulher e Menor**



Figura 11 – Expressões Sinalizadoras
Fonte: Dados de Campo / Entrevistas (2007)

IDÉIA CENTRAL - 01

Existe falta de recursos humanos

DISCURSO SUJEITO COLETIVO – 01

"[...] o que falta, primeira coisa primordial, material humano [...] na realidade na delegacia nossa falta gente, falta mais policias pro atendimento, pra um melhor atendimento[...]"

IDÉIA CENTRAL - 02

Muitos profissionais são descomprometidos e despreparados

DISCURSO SUJEITO COLETIVO – 02

"[...] muitos não têm comprometimento, é difícil de trabalhar né! Tão aqui, não sei porque, não sei pra onde vão ou não sei pra onde querem ir [...] porque eu digo

assim: a pessoa que tá ali muitas vezes não tem qualificação pra tá ali!”

IDÉIA CENTRAL - 03

As mudanças de local da delegacia e junção com outras Delegacias dificultam o trabalho.

DISCURSO SUJEITO COLETIVO – 03

“nós tínhamos a outra estrutura é, fluía, a gente via que fazia a diferença, era diferente e aí começaram a mudar[...]Então tá tudo muito, muito desgastado[...] agora que mudou, o espaço é pequeno, a gente tá com 2 delegacias aqui”

Quando questionados sobre as principais dificuldades enfrentadas no exercício da prática profissional dentro da delegacia, os policiais foram unânimes em relatar:

- Excesso de trabalho;
- Poucas pessoas para ocupar os cargos, profissionais afastados por licença de saúde sem que haja outros profissionais para substituí -las;
- Policiais assumindo funções que não são suas;
- Desvalorização profissional por atuar em uma delegacia especializada considerada às vezes por outros profissionais como ‘inferior’ as demais delegacias;
- Pouca preparação para o exercício da profissão em uma delegacia com estas especificações.

Uma questão mencionada pelos profissionais como dificuldade para a realização do trabalho, refere-se à dinâmica desta delegacia em especial: as mudanças de endereço e o fato do espaço ser dividido com outra delegacia do município. O problema citado pelos policiais se refere a dinâmica se desenvolvida a partir desta junção de delegacias, que ocasionou em muitos momentos a falta de

privacidade das depoentes e que foi posteriormente resolvido separando -se as salas de registro das ocorrências e se utilizando de uma sala fechada e reservada para a Delegacia de Proteção a Mulher e ao Menor.

Alguns profissionais consideram como dificuldade a falta de preparo dos colegas. Durante as entrevistas, chama a atenção o relato de um agente policial sobre um colega de delegacia, que pergunta a uma mulher que está registrando um boletim de ocorrência: “o que tu fez pra ele te bater?”. Este tipo de questionamento é comum em delegacias convencionais e mesmo naquelas que recebem especificamente situações de violências contra as mulheres.

Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (2005) mesmo uma instituição voltada ao combate à violência contra as mulheres, enfrenta representações discriminatórias por parte dos membros do interior da corporação policial e de muitos dos profissionais que lá atuam.

O que se percebe no meio policial é que as atividades profissionais em delegacias ou outros órgãos da polícia, freqüentemente são pautadas por estereótipos agregados culturalmente (SCARDUELI, 2006). Entre estes estereótipos, está a idéia de posse sobre o corpo feminino, seja qual for sua facha etária ou grau de parentesco, e o direito de machucar este corpo se a vítima der motivos.

Constata-se, portanto, que muitos agentes policiais apresentam dificuldades para compreender a dinâmica da Violência Intrafamiliar, em especial da violência contra a mulher, o que fica explicitado no relato sobre o atendimento do agente policial.

Soma-se a esta situação, o fato da Violência Intrafamiliar deparar estes profissionais com situações que exigem habilidades e apresentam características extremamente diferenciadas das situações para as quais estes agentes foram treinados. Segundo Secretaria Nacional de Segurança Pública (2005) apenas o fato de trabalhar na Delegacia de Proteção à Mulher não garante que o agente policial tenha elaborado o distanciamento necessário para compreender as lógicas produtoras das relações violentas nos espaços domésticos.

TECENDO CONSIDERAÇÕES

Durante a realização da primeira etapa desta pesquisa, constatou-se a pouca existência de materiais escritos sobre a formação profissional dos policiais que atuam em Delegacias de Defesa da Mulher, Criança e Adolescente, apesar de considerarmos que o tempo para a pesquisa não possibilitou uma busca maior, considerando o tema delegacia, mesmo em textos jurídicos não se encontram artigos que abordem a questão de acordo com as nossas expectativas e necessidades, ainda assim, sugerimos que este dado seja investigado em profundidade em pesquisas com um maior tempo de realização.

Como não foi possível encontrar textos que referenciassem a questão da formação do policial para atendimentos as Violências Intrafamiliares, questiona-se se o fato se deve ao banco de dados utilizado para tal (saúde), ou se existe realmente pouca literatura sobre o assunto.

Na primeira etapa desta pesquisa, buscou-se conhecer o material bibliográfico e documental sobre Violências Intrafamiliares e Delegacias Especializadas, verificar as descrições e relatos sobre o papel e a atuação das Delegacias Especializadas, assim como descrever os encaminhamentos e o apoio às vítimas de violências oferecidas nestas. Considerando as respostas obtidas às nossas questões e objetivos podem afirmar que:

- As Violências Intrafamiliares hoje possuem uma visibilidade muito grande no Brasil em função da criação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, a Criança e Adolescente;
- Muitas são as concepções sobre Violência Intrafamiliar e na maioria das vezes, mesmo entre autores renomados, existe um claro desconforto nas discussões realizadas sobre se Violência Intrafamiliar é ou não uma Violência Doméstica. Na maioria das leituras realizadas, é possível perceber que a discussão conceitual não se encontra definida claramente;
- As violências mais comuns são as visíveis, ou seja, aquelas de caráter

físico, avaliadas em perícias judiciais ou na ida as emergências, realizadas em ambulatórios do serviço público, com pessoas que ainda não sabem como agir com vítimas e agressores;

- As Delegacias Especializadas são citadas sempre como um recurso utilizado (após muitas violências ocorridas), oferecendo uma atuação social como mediadora e uma atuação jurídica como punidora da ação cometida;
- Alguns encaminhamentos são descritos nos trabalhos, mas, estes só diferem dos demais encaminhamentos (de outros atos atendidos em outras delegacias), quando existe a mediação social efetiva após treinamento formal dos policiais que atendem nestas delegacias;
- Em nenhum trabalho encontrou-se uma descrição detalhada da formação dos policiais que atuam em Delegacias Especializadas. O trabalho realizado com treinamentos sistemáticos de policiais e também do pessoal do serviço de saúde, ainda está em gestação na maioria das cidades brasileiras.

Na segunda etapa da pesquisa, buscou-se aproximar e verificar as descrições e relatos sobre o papel e a atuação das Delegacias Especializadas; descrever os encaminhamentos e o apoio às vítimas de violências nestas Delegacias assim como identificar, junto aos profissionais, as necessidades, e sua formação profissional para o atendimento aos casos de Violência Intrafamiliar realizada com os profissionais de uma delegacia especializada de Santa Catarina e um agente policial que atua na capacitação dos policiais civis do estado.

Constatou-se a necessidade de um preparo específico para o desempenho das funções dentro de uma delegacia especializada no atendimento a os casos de Violência Intrafamiliar. Necessidade esta reconhecida pelos próprios agentes policiais e que pôde ser reconhecida através discursos destes.

Reconhece-se também a necessidade de uma formação inicial diferenciada para atendimento aos casos de Violência Intrafamiliar, para os profissionais que irão atuar nas delegacias especializadas, assim como a necessidade de cursos de aperfeiçoamento sistemáticos que possibilitem a estes profissionais um constante aperfeiçoamento e uma troca de vivências entre eles visando uma melhoria na

qualidade do serviço prestado à comunidade.

Fica a sugestão de que esta formação deveria se estender a todos os agentes policiais, visto que todas as delegacias devem estar capacitadas e seus agentes preparados para atender aos casos de Violência Intrafamiliar e apenas poucos municípios Brasileiros possuem estas delegacias. Sugere-se, entretanto que esta questão seja aprofundada em outras pesquisas que possam aprofundar a questão.

Ressalta-se também, a possibilidade de atuação com demais setores da rede pública, em especial ao setor saúde que tem como ferramentas diversos recursos metodológicos para atuar na prevenção das Violências Intrafamiliares, assim como a presença no quadro funcional destas delegacias da categoria profissional dos psicólogos, o qual tem como uma das atribuições do cargo na polícia civil, prestar atendimento e encaminhamento, quando se fizer necessário, a família envolvida em casos policiais.

A Secretaria de Segurança Pública aborda a questão da violência intrafamiliar através de políticas judicializadoras e remediativas enquanto o setor saúde fatigado com os impactos desta modalidade de violência começa timidamente a falar em prevenção. Sabe-se que este fenômeno requer novos modelos de atenção que consigam compreendê-lo e abordá-lo na sua complexidade. Fica o questionamento: então a que setor dos serviços públicos fica a responsabilidade de prevenção e realização de programas diferenciados de intervenção à problemática da violência intrafamiliar?

Esta questão talvez remeta-nos a exigência da intersetorialidade que o fenômeno da violência exige. Não pertence a um setor em especial, faz parte de uma gama de questões, assuntos e fenômenos que necessitam de um enfoque diferenciado, mais amplo por parte do setor público em que políticas e programas de intervenção sejam realizados

Considera-se também, o importante papel que o processo de registro de uma ocorrência de violência intrafamiliar tem, pois constitui-se num momento privilegiado para abordar a temática com as pessoas envolvidas na situação. Este momento representa uma abertura que pode possibilitar intervenções profissionais, com o objetivo não apenas de mediação de conflitos, mas com enfoque preventivo do fenômeno, visto que o registro simboliza a quebra do muro do silêncio que envolve

estas situações.

Então poder-se-ia pensar que se propõe uma mudança nas atribuições da delegacia? Não! Focaliza-se a possibilidade de abordagem destas pessoas que sofrem e perpetuam situações de violência em suas famílias, pois considera -se que este é um momento de busca de auxílio e que ações de prevenção poderiam ser articuladas com outros setores da sociedade civil.

Assim, deve haver nova preparação para que as policiais possam atuar eficientemente nesses casos, apoiando e esclarecendo as vítimas. Assim como deveriam se refletir acerca da forma de seleção destes profissionais dentro do quadro de policiais disponível.

Não se pretendeu neste estudo abordar questões referentes a compreensão dos conflitos e dos processos violentos, entretanto reconhece -se a importância de aprofundar estas questões tanto para o entendimento e compreensão da problemática quanto para a formulação de propostas de intervenção relacionadas a estes casos.

Faz-se necessário também desenvolver estratégias de atuação conjunta entre o setor saúde e o criminal, sem que estes percam suas especificidades, mas com o intuito de elaborar redes de atuação que possibilitem uma abordagem ampla e intersetorial a um complexo fenômeno denominado de Violência Intrafamiliar.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA. **Capacitação para atendimento de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual**. Brasília. Autores e Agentes Associados, 2000.

ARDAILLON, D.; DEBERT, G.G. **Quando a mulher é vítima**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

AZEVEDO M. A; ALMEIDA SS. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. São Paulo, Editora Cortez, 1985.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V.N.A. **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993.

AZEVEDO, M. A. Ponta do Iceberg. Disponível em <<http://www.usp.br/ip/laboratórios/lacri>>. Acesso em: fev. 2006.

BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** : um manual prático. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRAUN, S. **A violência sexual infantil na família** : do silêncio a revelação do segredo. Porto Alegre: AGE, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência Intrafamiliar**: orientações para praticas em serviço. Brasília: MS, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Introdução. In. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros** / Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Encontro Nacional de Delegadas/os**: texto de referência. Belo Horizonte: Minas Gerais, 2005.

CAMPOS, C.H. Juizados especiais criminais e seu déficit teórico. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11 n.1, p.155-170, janeiro, 2003.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica para uso dos estudantes universitários**. 2. ed. São Paulo: McGraw -Hill do Brasil, 1986

DANTAS-BERGER, S.M.; GIFFIN, K. A. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n.2, 417-425, mar/abr, 2005.

DIAS, A.S. **Perfil da violência física intrafamiliar segundo diferentes clientela de atendimento em serviços de saúde**. 2004, 92fls. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

DAY, V.P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de psiquiatria**. Rio Grande do Sul, v. 5, supl. 01, 9-21, abril, 2003:

DESLANDES, S. F.; GOMES, R. A pesquisa qualitativa nos serviços de saúde: notas teóricas. In: BOSI, M. L. M.;MERCADO, F. J. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa de serviços de saúde**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 99-120.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, E. et al. **Metodologia para a organização social dos catadores**. São Paulo: Peiropolis, Belo Horizonte, MG: Pastoral de Rua, 2002.

GUERRA, H. L. et al. A morte dos idosos na Clínica Santa Genoveva, Rio de Janeiro: um excesso de mortalidade que o sistema público de saúde poderia ter evitado. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 545-551, 2000.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2004.

IZUMINO, W.P. Justiça criminal e violência contra a mulher: o papel da justiça na solução dos conflitos de gêneros. **Revista Brasileira de Ciências Criminas, Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 5, n18, p.147-170, 1997.

LEFÈVRE, F. ; LEFÈVRE, A. M. C. **Discurso do Sujeito Coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.

LAVILLE, C. ; DIONNE, J.A. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG , 1999.

LIMA-COSTA, M. F. et al. Is the health of older and younger adult in Brazil similarly affected by socioeconomic circumstances?: a study using data from national household survey Pnad/98. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 13-824, 2002.

MACEDO, R.M. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.91, p 62-68, 1994.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; ASSIS, S. G. **Bibliografia comentada da brasileira produção científica sobre violência e saúde**. Rio de Janeiro: CLAVES, 1990.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1992.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de: 'Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva'. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v.3, p.513-531, 1998.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. Violência contra idosos: é possível prevenir. In: BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 141 -170.

Ministério da Saúde. **Política Nacional de Redução da morbimortalidade por acidentes e violências**: Portaria MS/GM no. 737, de 16/5/01 publicada no DOU no. 96, seção 1e, de 18/5/01/Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p.1-5, 2º. sem., 1996.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Repercusión de la violencia em la salud de las poblaciones americanas**. Washington, D.C.: OPAS, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World reporto on violence and health**. Genebra: WHO, 2002.

SANTOS, C.M. **Delegacias da mulher em São Paulo**: percursos e percalços. 2001. Disponível em <<http://www.social.org.br/relatorio2001/relatorio023.htm>>. Acesso em: janeiro/2005.

SCHRAIBER, L.B. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v36(4), p. 407-477, 2002.

SOUZA, E.R. Violência velada e revelada: estudo epidemiológico da mortalidade por causa externa em Duque de Caxias. Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, p. 48-64, 1993.

SOUZA, E. R. et al. Mortalidade por causas externas em idosos no Brasil, Estados e Regiões Metropolitanas. **Boletim CLAVES/CENEPI**, n.1, 2001.

SOUZA, E. R. et al. Extremo da vida sob a mira da violência: mortalidade de idosos no Estado do Rio de Janeiro. **Gerontologia**, v. 6, n. 2, p. 66-73, 1998.

SOUZA, E. R. Processos, sistemas e métodos de informação em acidentes e violências no âmbito da saúde pública. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (Org.). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. p. 255-273.

SUSIN, J. et al. Diagnóstico Rápido Urbano Participativo. In BROSE, M. **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2001. p. 79-86.

TAVARES, D.M.C. **Violência doméstica: uma questão de Saúde Pública**. 2000. 118 fls. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

TELES, M.A.A.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

VICTORIA, C.G. et al. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

REFERÊNCIAS ANALISADAS

1. SCHRAIBER, L.B.; d`OLIVEIRA, A.F.L.P. **Violência contra mulheres: interfaces com a saúde**. Disponível em <<http://www.ipas.org.br/rhamas/arquivo/interface.doc>>. Acesso em: set. 2006.
2. MACHADO, L.Z. Atender vítimas, criminalizar violências. Dilemas das delegacias da Mulher. Série Antropologia. Disponível em <<http://www.ufscar.br/~cech/laprev/direitos.pdf>>. Acesso em: set. 2006.
3. CAVALCANTI, M.L.T. Prevenção da violência doméstica na perspectiva dos profissionais de saúde da família. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 193-200, 1999.
4. ANGULO-TUESTA, A. J. Violência contra a mulher – Interfaces entre os setores de Saúde e de Direito. Disponível em <http://www.unb.br/~cech/artigos/dilemas.pdf>. Acesso em: out. 2006.
5. MOURA, A.T.S.; REICHENHEIM, M.E. Estamos realmente detectando violência familiar contra criança em serviços de saúde? A experiência de um serviço público do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n.4. p.1124-1133, 2005.
6. DESLANDES, S.F. O atendimento as vítimas de violência na emergência: prevenção numa hora dessas? **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 81-94, 1999.
7. GONÇALVES, H. S.; FERREIRA, A. L. A. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.315-319, 2002.
8. PIRES, J.M. et al. Barreiras, para a notificação pelo pediatra, de maus-tratos infantis. **Revista Brasileira de Saúde Materno-infantil**, Recife-Pernambuco, v.5, n.1, p. 103-108, 2005.
9. GOMES, R. et al. Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos na literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.18, n.3, p.707-714, 2002.

10 RIFIOTIS, T. As Delegacias Especiais de proteção a Mulher no Brasil e a Judicialização dos conflitos conjugais. **Antropologia em primeira mão**, v. , n.1, 85-119, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SAÚDE E GESTÃO DO
TRABALHO – MESTRADO PROFISSIONALIZANTE**

Pesquisa:
Mestranda:
Orientadora:

Roteiro de Entrevista

1. Dados de Identificação:

Sexo:
Idade:
Data nascimento:
Formação Escolar:

2. Trajetória Profissional

Local de trabalho:
Cargo e função que desempenha atualmente?
Há quantos anos atua neste cargo / função?
Já atuou em uma delegacia especializada no atendimento a mulheres?
Se sim, qual a trajetória profissional que lhe conduziu a esta delegacia?
Quanto tempo de atuação?
Por que saiu da mesma?
Continua a desempenhar alguma função que envolva delegacias especializadas no atendimento a mulheres?

3. Formação Profissional (Pessoal)

Qual o treinamento recebido por você logo que entrou na profissão?
Este treinamento foi realizado na ACADEPOL?
Como se realizou este treinamento e em quantas horas?
Que assuntos foram abordados? Eles possuíam uma grade curricular permanente (disciplinas permanentes e obrigatórias) e outra mais maleável com assuntos diferentes a cada grupo treinado?
Neste treinamento havia disciplinas ou tópicos específicos para quem atua em delegacias especializadas no atendimento a mulheres?

As temáticas do treinamento envolveram o atendimento as Violências Intrafamiliares?
Que avaliação final você tem deste treinamento?

4. Formação dos Agentes Policiais da DEAM

Que formação tem um policial que atua na DEAM?

Existe alguma disciplina ou tópico especial sobre VIF?

Todos os policiais fazem essa formação? Se não, porque?

Como você avalia a formação dos agentes policiais das DEAM hoje?

Existe diferença entre os policiais mais jovens e os mais antigos?

Além de um treinamento básico inicial, que outros treinamentos estes policiais recebem ao longo de suas atividades? Quem organiza os mesmos, qual a duração e os critérios de participação?

Você foi responsável pela organização de alguns destes cursos? Se sim, qual o conteúdo dos mesmos?

Que avaliação você tem da participação dos policiais nestes cursos? Eles parecem interessados? Colocam ou vislumbram mudanças práticas nas suas atuações? Reclamam dos conteúdos? Oferecem sugestões de novos tópicos e treinamentos?

Considerando sua vivência profissional, estes treinamentos (na forma de cursos, seminários e encontros de grupos de discussão), modificam a atuação e o desempenho destes profissionais?

5. Delegacias Especializadas

Qual a importância de uma DEAM nas principais cidades do Brasil?

Que características especiais elas possuem que as diferenciam das delegacias comuns?

Quais as contribuições destas no atendimento as VIF?

Existem alguns aspectos de suas atividades que devem ser revistos? Quais?

Quais as dificuldades enfrentadas pelos agentes policiais que atuam nestas delegacias?

Existe algum diferencial com relação às outras delegacias?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Violência Intrafamiliar e Delegacias Especializadas

Pesquisador Responsável: Alexandra Danuza Bertoldi

Orientadora: Professora Doutora Yolanda Flores e Silva

Telefone para contato: (47) 3341-7932 – UNIVALI

Este projeto pretende Caracterizar as necessidades de formação e preparo de profissionais que atuam no atendimento a violências em uma Delegacia Especializada de Santa Catarina. Para isso estaremos realizando levantamento bibliográfico/documental em bases de dados e documentos oficiais, além de coleta de dados com o uso de Estratégias Participativas com os profissionais que atuam em uma Delegacia Especializada de um município de Santa Catarina. Consideramos da maior importância a sua participação. Esclarecemos que os dados serão coletados conforme seu consentimento, não havendo nenhum tipo de risco, prejuízo, desconforto ou possibilidade de que você venha a sofrer algum dano. No caso de você concordar em participar como voluntário estará contribuindo para que possamos compreender esperamos poder compreender bem como obter informações sobre o papel e a forma de atuação dos profissionais das Delegacias Especializadas nos casos de Violência Intrafamiliar, buscando aperfeiçoar estes processos. Esclarecemos que as informações que você prestar e sugestões que apresentar serão sigilosas e seu anonimato será preservado, bem como sua liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer fase do estudo. Os dados serão usados somente para fins acadêmicos, como relatórios, trabalhos de conclusão de curso, artigos, livros, resumos. Os dados ficarão a sua disposição e o relatório final será entregue para a Delegacia Especializada na qual foi realizada a pesquisa.

Nome do Pesquisador: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO

Eu, _____,
 RG _____, CPF _____ abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____

Assinatura do Sujeito ou Responsável: _____

APÊNDICE C – MODELO TERMO DE UTILIZAÇÃO DOS DADOS**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM SAÚDE E GESTÃO DO
TRABALHO****TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS**

As abaixo assinadas, pelo presente 'Termo de Compromisso de Utilização de Dados', em conformidade com a Instrução Normativa n° 001/CEP/UNIVALI/2002, autoras do projeto de pesquisa intitulado "VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E DELEGACIAS ESPECIALIZADAS", comprometem -se em utilizar os dados coletados somente para fins deste projeto, destinados à elaboração da Dissertação do Curso de Mestrado Profissionalizante em Saúde e Gestão do Trabalho, e possível divulgação científica, através de Relatório, Resumo, Artigo, Livro ou Capítulo. Informamos também que as instituições foram previamente consultadas, concordando e propiciando as condições necessárias para a obtenção dos dados. Outrossim, comprometemo-nos a retornar os resultados da pesquisa às Instituições, apresentando-os aos seus representantes legais.

Itajaí, ___/___/___

YOLANDA FLORES e SILVA
Orientadora

ALEXANDRA DANUZA BERTOLDI
Mestranda

APÊNDICE D - TABELA DESCRIÇÃO CARGOS PROFISSIONAIS DEAM

Cargo	Descrição Cargo	Qualificações Essenciais	Atribuições do cargo
Delegado de Polícia	Atividade de nível superior, de grande complexidade, de natureza técnico-policia, envolvendo serviços de administração das unidades policiais do Estado.	- Escolaridade: conclusão de curso superior em Direito.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dirigir, coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades administrativas da unidade policial, envolvendo pessoal, material, transporte e comunicação, além de outras de sua alçada. 2. Dirigir, coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades de Polícia Judiciária desenvolvidas nos limites de suas atribuições regulamentares ou circunscricionais da unidade policial. 3. Planejar, coordenar e dirigir as atividades policiais e de segurança na área de ação da Delegacia, objetivando a prevenção criminal, a localização de focos de criminalidade e as providências repressivas penais inerentes a estas atividades.. 4. Assegurar o cumprimento das normas regulamentares no que tange a procedimentos processuais, prazos, documentos, registros, livros e arquivos da unidade policial.. 5. proceder à sindicância e investigação em casos que não apresentem características necessárias à instauração imediata de Inquérito Policial, aplicando as sanções cabíveis. 6. Zelar pela manutenção da ordem pública, observância das leis, dos bons costumes, contribuindo para a tranqüilidade na área de atuação da Delegacia. 7. Requisitar os serviços dos órgãos especializados do Estado e procurar manter a mais estreita integração com os mesmos, cujo concurso solicitará quando necessário, nos termos da legislação vigente. 8. Estimular a cooperação da imprensa escrita e falada no combate à criminalidade.. 9. Organizar operações de ronda ou de inspeção de locais sujeitos à ação da Polícia, objeto ou não de disciplinamento através de normas sancionadoras administrativa s ou penais. 10. fiscalizar o uso de armas regulamentares na área de sua atribuição por parte dos servidores da unidade policial. 11. Manter atualizado, na Delegacia, coleção de livros, decretos, resoluções, portarias ou ordens de serviço, para uso das autoridades policiais, seus agentes e auxiliares em exercício na unidade policial. 12. Expedir portarias, instruções e normas concernentes aos serviços de sua competência e assinar termos de abertura e encerramento dos livros de Delegacia, rubricando as respectivas folhas. 13. Vistoriar pessoalmente as dependências carcerárias, diariamente, bem como se cientificar, ao princípio e final do expediente das prisões efetuadas, coibindo eventuais abusos e providenciando para que os serviços carcerários se mantenham em perfeita ordem.

			<ol style="list-style-type: none">14. promover e orientar investigações e capturas ou realizá-las pessoalmente.15. promover reuniões periódicas com os servidores em exercício na unidade policial, para instruí-los quanto ao método de ação policial e a melhor maneira de seu desempenho, da mesma forma para auscultar-lhes sugestões ou ponderações.16. Assegurar a salvaguarda de valores entregues ou apreendidos e a segurança de armas, munições, objetos e valores do patrimônio público, cadastrando-os e dando-lhes o destino ou utilização adequada.17. Responsabilizar-se pelas necessidades de pessoal e material da Delegacia, solicitando, com antecipação, providências que se imponham ao atendimento.18. Velar, pessoalmente, para que os servidores sob suas ordens compareçam regularmente à unidade policial e cumpram o horário de expediente e convocações para missões policiais fora dos horários normais.19. Promover a regularidade dos assuntos de pessoal, sob sua responsabilidade.20. Manter atualizados os levantamentos sobre a incidência criminal na área de ação da Delegacia, promovendo a coleta, o arquivamento e a difusão, às unidades instrumentais de estatística e de assessoramento, utilizáveis para o planejamento de ações e operações específicas, conforme orientação das unidades superiores e de planejamento policial.21. Despachar registros de ocorrências, petições, requerimentos determinando as providências cabíveis, velando pelo cumprimento e conclusão das medidas determinadas.22. Fornecer atestados, de ciência própria ou mediante sindicância, se for o caso, na forma que a lei determinar.23. Receber, apurar, informar e encaminhar as reclamações cometidas pelos seus agentes ou auxiliares.24. Propor ao superior hierárquico a movimentação de servidores, atendida sempre à conveniência dos serviços e devidamente fundamentada à solicitação.25. Cumprir e fazer cumprir as escalas de serviço e convocações, providenciando, quando de sua competência, as medidas corretivas ou comunicando quaisquer distorções ou irregularidades que não possam ser sanadas.26. Elaborar e encaminhar regularmente os boletins de frequência e estatístico, nos prazos pré-determinados.27. Nomear peritos, tomando-se por termo o compromisso legal e julgar procedente ou improcedente o exame de corpo delito, mantendo o controle e registro dos nomes.28. Nomear Escrivães "ad-hoc", mediando termo de compromisso legal.29. Solicitar o apoio da DEIC ou de outras unidades para complementação investigatória.30. Prestar as informações solicitadas pelo poder Judiciário.31. Manter atualizado os registros patrimoniais, dos bens e documentos que se encontram sob sua responsabilidade, transferindo-os ao seu sucessor, quando afastado definitivamente.
--	--	--	--

			<p>32. Promover permanentemente o trabalho harmonioso e a solidariedade entre os servidores, assegurando a satisfação dos subordinados pelo trabalho policial, favorecendo o aperfeiçoamento e a eficiência do desempenho das atividades policiais.</p> <p>33. Determinar a movimentação protocolar da correspondência e documentação, da unidade policial.</p> <p>34. Exercer todas as atribuições de autoridade policial que lhe são conferidas pela legislação processual, regulamentar e administrativa.</p> <p>35. Determinar a fiscalização das viaturas, assegurando as perfeitas condições de funcionamento, apresentação e limpeza.</p> <p>36. Comunicar aos órgãos competentes a existência de alienados ou portadores de moléstias contagiosas para as quais a lei prescreve isolamento, como também de mendigos, solicitando as providências necessárias.</p> <p>37. Determinar a fiscalização e controle permanente sobre vigilantes privados, na forma da legislação própria.</p> <p>38. Promover e zelar pela conservação das instalações externas e internas da unidade policial, comunicando ao superior imediato as irregularidades, bem como, providenciando os serviços de reparos necessários às boas condições de funcionamento, de segurança e de higiene.</p> <p>39. Comparecer sempre que possível, aos locais de crimes, catástrofes, sinistros ou perturbações da ordem, tomando as providências de prevenção ou repressão cabíveis.</p> <p>40. Zelar para que os seus subordinados compareçam à unidade policial e atos públicos condignamente vestidos e com aparência compatível com a função.</p> <p>41. Autenticar o material colhido para exame, providenciando seu adequado acondicionamento, de modo a garantir -lhe a inviolabilidade, bem como, encaminhá -la ao órgão técnico competente.</p> <p>42. Impor multas, de conformidade com as leis e regulamento em vigor.</p> <p>43. Determinar ou solicitar intimações, notificações, buscas, apreensões, acareações e outros atos de Polícia Judiciária, na forma da legislação vigente.</p> <p>44. Arbitrar fiança, de conformidade com a legislação em vigor.</p> <p>45. Representar acerca da prisão preventiva e da insanidade mental de indiciados.</p> <p>46. Manter a mais estreita integração com o Poder Judiciário, cujo concurso solicitará quando necessário, nos termos de legislação vigente.</p> <p>47. Executar outras tarefas afins que lhe forem atribuídas.</p>
--	--	--	---

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

ANEXO B - TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM SAÚDE E GESTÃO DO
TRABALHO

TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO

Eu, YOLANDA FLORES e SILVA, professora do Programa de Mestrado Profissionalizante em Saúde e Gestão do Trabalho, área de concentração em Saúde da Família, declaro que a mestranda ALEXANDRA DANUZA BERTOLDI , é minha orientanda, tendo como tema de Dissertação: “VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E DELEACIAS ESPECIALIZADAS”.

Itajaí, ___/___/___

.....
YOLANDA FLORES e SILVA
Orientadora

.....
ALEXANDRA DANUZA BERTOLDI
Mestranda

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)